

SEM TERRINHAS: PESQUISA AÇÃO PARTICIPANTE COM CRIANÇAS DE UM ACAMPAMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO OESTE DA BAHIA



Fabiana Regina da Silva Grossi
Wellington da Rocha Almeida

SEM TERRINHAS: PESQUISA AÇÃO PARTICIPANTE COM CRIANÇAS DE UM ACAMPAMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO OESTE DA BAHIA



Fabiana Regina da Silva Grossi
Wellington da Rocha Almeida

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sem terrinhas: pesquisa ação participante com crianças de um acampamento do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no oeste da Bahia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Autores: Fabiana Regina da Silva Grossi
Wellington da Rocha Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G878 Grossi, Fabiana Regina da Silva
Sem terrinhas: pesquisa ação participante com crianças de um acampamento do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no oeste da Bahia / Fabiana Regina da Silva Grossi, Wellington da Rocha Almeida – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-645-4
DOI 10.22533/at.ed.454203011

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2. Psicologia comunitária. 3. Bahia. I. Grossi, Fabiana Regina da Silva. II. Almeida, Wellington da Rocha. III. Título.
CDD 333.318142

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

Dedico este trabalho aos acampados/as e assentados/as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especificamente as crianças Sem Terrinhas que moram nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária na cidade de Barreiras, Oeste da Bahia.

AGRADECIMENTOS

A princípio quero agradecer a Deus por esse momento de tamanho significado. A minha mãe, Maria Rocha, pelo carinho e grande amor; que tem em suas mãos as panelas como instrumento de trabalho, mas que sempre acreditou em mim.

Ao meu irmão Nilson Rocha, pelo incentivo e ao meu pai, Albertino Almeida e meu irmão Uiliias Rocha, os quais me restam somente as lembranças; estes sempre expressavam sentimento de felicidade em me ver estudar e conseguir entrar no ensino superior, aonde estiverem obrigado por tudo.

Agradeço a minha esposa Jamile e ao meu filho Davi, pelos sorrisos, carinho e apoio para que esse momento se consolidasse, principalmente por compreenderem minha ausência para confecção desse trabalho.

A minha orientadora, amiga e mãe Doutora Fabiana Grossi, por me aceitar e acreditar em mim e nessa pesquisa de monografia. Obrigado pelos ensinamentos, suporte e orientações.

Ao movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST da Regional Oeste da Bahia, a qual faço parte; as lideranças, coordenadores/as, representantes e brigadas; a representante e crianças do acampamento a qual foi realizado a pesquisa.

Aos professores/as do colegiado de psicologia da UNIFASB, especificamente ao coordenador do curso professor Cristian Morales.

Assim, agradeço imensamente a Instituição de ensino superior UNIFASB por disponibilizar um ótimo ambiente de estudo e um curso de Psicologia com docentes dedicados a oportunizar um ensino crítico e reflexivo, com qualidade.

“De nada serviría una concientización sobre la propia identidad y sobre los propios recursos si no se encuentran formas organizativas que lleven al ámbito de la confrontación social los intereses de las mayorías populares...”
(Ignacio Martín-Baró)

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
LISTA DE SIGLAS.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
História e Conceito da Psicologia Comunitária	10
Uma análise da luta pela terra em interface a política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	17
Os Sem Terrinhas e sua formação como Sem Terra	26
RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICES	52
APÊNDICE A.....	52
APÊNDICE B	53
APÊNDICE C	53
SOBRE OS AUTORES	54

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo “realizar uma análise e intervenção das demandas voltadas para a valorização do campo com as crianças do MST através de uma Investigação Ação Participante”. Foi usado em pesquisa o método qualitativo, descritivo, exploratório do tipo longitudinal. A pesquisa foi realizada através de um questionário semiestruturada elaborada pelos/as pesquisadores. O questionário foi composto por 18 perguntas, sendo as 9 primeiras referentes aos dados sócio demográficos e econômicos dos participantes e as outras 9 questões, relacionadas ao tema central da pesquisa. A entrevista semiestruturada teve duração de quarenta minutos, sendo que a primeira parte se refere aos dados sócio demográficos e as outras, referem-se ao tema central da pesquisa. As entrevistas serão gravadas em áudio, de acordo com autorização dos responsáveis e das participantes. Os áudios serão transcritos na íntegra assim que os pesquisadores terminarem as entrevistas em local isolado e deletados, para que dessa forma, se diminua o risco do vazamento dos mesmos; posteriormente, foi realizado um levantamento de demandas com as crianças, dentro de uma metodologia de prática de grupo focal, na qual será trabalhado um diálogo participativo; Assim, após ser levantadas as demandas, foi realizado as Intervenções de Ação Participante – IAP; as intervenções foram realizadas de 15 em 15 dias, com a durabilidade de cinco meses (agosto a dezembro), totalizando 12 encontros, com as crianças e cuidadores. Logo após, os pesquisadores/as, prepararam a comunidade para definir o uso dos resultados da IAP e, posteriormente, com a população participante, organizaram a Ação Política, estando flexíveis a outros tipos de ações. A coleta de dados foi realizada no mês de julho (06) a dezembro (7) de dois mil e dezenove (2019). Este estudo poderá contribuir para a promoção de melhorias e valorização das relações positivas estabelecidas pelos participantes da pesquisa e melhoria na qualidade de vida. O presente trabalho de conclusão de curso buscou, por meio da Teoria Psicologia Comunitária; Investigação Ação Participante, com os conceitos analíticos de tipo de consciência, leitura de mundo, atividade comunitária, tendo como análise a análise do discurso, responder os objetivos da pesquisa, essas a qual acredita-se que foram atendidos e vivenciar a realidade de crianças de um acampamento de reforma agrária do MST localizado no Oeste da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Comunitária; Sem Terrinha; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

WITHOUT LANDS: PARTICIPATING ACTION RESEARCH WITH CHILDREN IN A CAMP IN THE MOVEMENT OF RURAL WORKERS WITHOUT LAND IN THE WEST OF BAHIA

This research aimed to “carry out an analysis and intervention of the demands aimed at valuing the field with the children of the MST through a Participant Action Research”. The qualitative, descriptive, exploratory method of the longitudinal type was used in the research. The research was carried out through a semi-structured questionnaire prepared by the researchers. The questionnaire was composed of 18 questions, the first 9 referring to the socio-demographic and economic data of the participants and the other 9 questions, related to the central theme of the research. The semi-structured interview lasted for forty minutes, with the first part referring to the socio-demographic data and the others referring to the central theme of the survey. The interviews will be recorded on audio, according to the authorization of those responsible and the participants. The audio will be transcribed in full as soon as the researchers finish the interviews in an isolated place and deleted, so that in this way, the risk of leakage is reduced; later, a survey of demands was carried out with the children, within a focal group practice methodology, in which a participative dialogue will be worked on; thus, after the demands were raised, the Participating Action Interventions - IAP were carried out; the interventions were carried out every 15 days, lasting five months (August to December), totalling 12 meetings, with the children and carers. Soon after, the researchers prepared the community to define the use of the results of the IAP and, later, with the participating population, organized the Political Action, being flexible to other types of actions. The data collection was carried out from July (06) to December (7) of two thousand and nineteen (2019). This study may contribute to the promotion of improvements and appreciation of the positive relationships established by the participants of the research and improvement in quality of life. The present work at the end of the course sought, through Community Psychology Theory; Participant Action Research, with the analytical concept of type of consciousness, world reading, community activity, having as its analysis the discourse analysis, to respond to the objectives of the research, which are believed to have been met and to experience the reality of children in an MST land reform camp located in western Bahia.

KEYWORDS: Community Psychology; without land; landless rural workers movement.

LISTA DE SIGLAS

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
IAP	Investigação Ação Participante –
ULTAB	União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil;
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra; e as Ligas Camponesas
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente

INTRODUÇÃO

O início da Psicologia Social se deu no século XIX, sendo que o filósofo francês Augusto Conte é considerado o pai desse ramo científico (LANE, 1981). Contudo, Carvalho e Costa Jr (2017) relataram que para Conte, a Psicologia Social seria a ramificação da Sociologia e da Moral, tendo como funcionalidade responder questões referentes de como as pessoas poderiam ser, em um mesmo momento, a causa e a consequência da sociedade.

A Psicologia Social se caracteriza como uma ponte entre o saber da Psicologia e da Sociologia, construídos a partir dos valores dessas áreas científicas. Com isso, esse saber científico considera que a subjetividade de um indivíduo se constrói a partir da relação desse com o seu contexto (cultura, valores e costumes) e quando esse também opera no ambiente pode ser alterado/modificado (SOUZA, 2009).

A realidade dos povos latino-americanos é historicamente caracterizada pela violência, vulnerabilidade da grande parte da população e falta de garantia de direito do Estado/governo, e tem cobrado da psicologia posicionamento, principalmente da Psicologia Social. Para tanto, espera-se da ciência da psicologia pressupostos teóricos, práticos e metodológicos de realidade do próprio território, que fale das mazelas, da pobreza, e da luta de classes (GABORIT, 2011).

A Psicologia Social ao chegar na América Latina se ancorava em uma realidade Européia e Norte Americana nos anos 50. Ademais, tinha como objetivo normatizar e padronizar possíveis comportamentos por meio das relações individuais e grupais (LANE, 2006). Dentre os vários autores que questionaram essa Psicologia Social Tradicional, se destaca as figuras teóricas de Silva Lane e Wanderley Codo (1989) com a publicação da obra Psicologia Social: o homem em movimento no ano de 1984 a qual se relata que não tem como separar a realidade e a teoria, como também não se pode separar a teoria e a pesquisa (LANE, 2006). A Psicologia Social Crítica é vinculada ao materialismo histórico-dialético a partir dos pressupostos teóricos marxistas, tendo o pensamento que o indivíduo se constitui e é constituído por meio dos aspectos históricos e relação com as pessoas, a cultura e a linguagem (ABRANTES; SILVA; MARTINS, 2005).

A Psicologia Social Comunitária é definida como uma área de saber que estuda a cultura das pessoas a partir de relação entre a história de vida dessa pessoa, com o lugar de moradia (comunidade), na qual analisa os vários sistemas existentes nesse lugar, desde a identificação e pertencimento das pessoas com a comunidade, relações e representações, tendo como função trabalhar o desenvolvimento da consciência do lugar de pertença, incluindo-os/as como indivíduos que fazem parte de todo processo histórico de sua realidade e comunidade, na qual, por meio dessa problemática a Psicologia Comunitária (PC) tem como objetivo primordial a transformação do indivíduo, levando-o/a a ser o/a protagonista de sua própria história (GÓIS, 1993).

A Psicologia Comunitária é definida como uma área de ramificação da Psicologia Social da Libertação, na qual tem buscado por meio de sua perspectiva teórica o desenvolvimento do sujeito comunitário, buscando com que esse/a seja protagonista de sua própria história e luta. Para tanto, entende-se que esse sujeito faz parte de uma

comunidade – lugar, espaço ou território que agrupa pessoas, que está relacionado aos valores, crenças e sentimentos desses sujeitos, ou seja, é um local de construção da subjetividade dessas pessoas, em que é construído por meio de consenso, contradições e de convivência (GÓIS, 1993).

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, se deu entre os anos de 1979 a 1985, com a consolidação no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, na qual teve como principais propostas: luta pela terra, luta pela reforma agrária e luta contra o capitalismo opressor. Este encontro nacional do MST foi contemplado com a participação de lideranças de 23 das 27 unidades federativas do Brasil, na qual ocorreu no período de 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná (CALDART, 2001).

O processo supracitado veio a partir das primeiras ocupações organizadas, que acarretou na definição concreta de sua estrutura organizativa, surgindo assim, as primeiras lideranças do movimento (FERNANDES, 2008). Dentro desse processo há o público das crianças, identificadas culturalmente pela comunidade do MST, como Sem Terrinhas. Nisto, os Sem Terrinhas fazem parte da história de luta dos acampamentos, bem como após a conquista da terra, se tornando assentamento, passando a apresentar as suas demandas de forma reivindicatória, principalmente no que tange ao campo da educação e formação específica voltada para o campo (BARROS, 2013).

Há uma grande produção de estudos bibliográficos e de campo sobre temáticas que se referem à população do MST, com temas sobre reforma agrária, formação política, saúde e gênero, educação do campo (BARROS; TEIXEIRA, 2017). Mas, dentro do saber da Psicologia Comunitária são poucas as produções científicas. Além disso, a maioria dos estudos estão voltados ao âmbito organizativo e frente de massa adulta, sendo que a devida presente pesquisa tem a importância de ampliar as discussões sobre essa temática, explorando resultados que não se especificam somente a luta do MST, mas a formação político-pedagógica das crianças, até porque quando se refere ao MST, as pessoas só pensam nos momentos de lutas e conflitos, esquecendo que esse Movimento tem uma história cultural e de identidade social. Os Sem terrinhas são crianças que fazem parte da classe trabalhadora tendo a liberdade de organizativa para desenvolver espaços de reflexão e brincadeiras; o MST tem se esforçado para que as crianças participem das atividades coletivas, criando assim, espaços infantis, podendo ser no acampamento, assentamento ou escola, objetivando produzir a organização das crianças nos espaços de reuniões, assembleias e mobilizações. Esse processo tem como fundo político a formação de identidade e consciência política, abrangendo a própria criança, o mundo e a própria infância (MATA, 2015).

A devida pesquisa trabalhou, com a proposta de relacionar a ciência com a realidade social dos Sem Terrinhas, com uma intervenção social, que tem o intuito de produzir alguma transformação na realidade concreta da comunidade, na qual não existe separação entre pesquisador/a e objeto de pesquisa (FRIZZO, 2010). O Brasil é um país com grande extensão territorial, mas que sofre muitos conflitos no que tange a exploração dessas, pois os grandes latifundiários detêm a maior quantidade geográfica de terra, sendo os pequenos produtores minoria social, enquanto especificamente as pessoas dos movimentos de luta pela terra, são rotulados pela mídia, como “vagabundos”, “invasores”, pelo fato de lutar pela

garantia dos seus direitos, que é o direito pela terra.

O devido trabalho visa contribuir com o processo de construção do conhecimento, por meio da interação do saber dos pesquisadores com o saber apresentado pelo acampamento, especificamente a população dos Sem Terrinhas. Os Sem terrinhas fazem parte da história de luta do MST e sua atuação e formação é importante para o processo de consciência e memória do movimento.

No entanto, a devida produção refere-se a uma pesquisa de campo no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Barreiras, Oeste da Bahia, que teve como objetivo geral realizar uma análise e intervenção das demandas voltadas para a valorização do campo com as crianças do MST por meio de uma Investigação Ação Participante, enquanto os objetivos específicos foram: identificar os dados sócio demográficos dos/as participantes; levantar as necessidades percebidas pelos responsáveis em relação à valorização das questões relativas a terra para o desenvolvimento das crianças; verificar a percepção das crianças do acampamento do MST sobre as questões relativas a terra; realizar intervenções participantes de valorização do campo com as crianças acampadas; realizar intervenções participantes de valorização da cultura do MST com as crianças acampadas; mobilizar as famílias para práticas intergeracionais que promovam a valorização do campo e da cultura do MST através das crianças.

A presente investigação científica se ancora na Psicologia Social Comunitária – PSC, especificamente com o seu método de pesquisa. Essa pesquisa tem vários objetivos os quais buscou contribuir para o desenvolvimento teórico científico e prático da Psicologia Comunitária, por meio da Investigação Ação Participante - IAP, e instrumento de análise, como consciência pessoa e atividade comunitária em um acampamento de reforma agrária do Oeste da Bahia, especificamente ao público das crianças. Para tanto, essa teve a seguinte pergunta disparadora como problema de pesquisa: quais as demandas voltadas para a valorização do campo com as crianças do MST?

Este estudo está ancorado em uma perspectiva da PSC, sendo sabido que essa procura estudar o ser humano dentro de sua totalidade e todos os possíveis aspectos dialéticos internos e externos, como também a relação entre o indivíduo e a sociedade (cultura que está inserido), que permite o indivíduo ter uma leitura da sociedade de forma mais ampla.

Ademais, o presente trabalho seguiu os respectivos procedimentos de etapa: primeiro os/as pesquisadores/as, conheceram o acampamento (organização, líder do acampamento, população, crianças, etc.), mobilizando as crianças e os cuidadores a participarem do processo de Investigação Ação Participante – IAP, que se iniciou no dia 12 de agosto; segundo, foi realizado uma entrevista estruturada com os pais; terceiro, com a participação dos Sem Terrinhas, foram levantadas possíveis problemáticas, para posteriormente serem trabalhadas. Nisto, foi levado em consideração fidedigna os aspectos conceituais da IAP, na qual as informações foram coletadas, por meio do diálogo e participação do objeto de pesquisa e posteriormente, aconteceu, por meio das demandas apresentadas, um espaço de organização de Ação Política, na qual essa ação foi criada junto com a população que está sendo trabalhada, com o objetivo de potencializar as ações

de resistência e reivindicação de dada comunidade.

Essa pesquisa foi desenvolvida no tipo aplicada, longitudinal, descritiva e exploratória, a qual Selitz et al (1965) descreveram que as pesquisas exploratórias se enquadram as categorias que buscam descobrir ideias e intuições, com o objetivo de alcançar maior similaridade com o fenômeno pesquisado. Além disso, Selitz et al (1965) ressaltaram que os estudos descritivos buscaram descrever o fenômeno, as situações de forma detalhada, principalmente, o que está ocorrendo no momento, buscando alcançar com exatidão as características das pessoas tanto individual, quanto grupal, como também desvendar a relação entre possíveis eventos.

No entanto, foi utilizado dentro do aspecto da natureza dessa pesquisa o método qualitativo (OLIVEIRA, 2011). Segundo Oliveira (2011, p. 4), “a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto”. Contudo, a descrição qualitativa procura alcançar não somente a aparência do fenômeno, como também, suas essências, origens, mudanças e relações e suas consequências. Assim, Cervo e Bervian (2002) ressaltam que os estudos exploratórios têm como finalidade realizar descrições indispensáveis sobre os fenômenos estudado, sendo exigido um conhecimento prévio sobre o assunto, com intuito de descobrir a conexão entre os elementos constituintes da mesma.

O Brasil tem uma população urbana estimada de 84, 36%; uma população rural correspondendo de 15, 64% (IBGE, 2016). O acampamento em que foi realizada a pesquisa se localiza na região Oeste da Bahia, na cidade de Barreiras; o município de Barreiras tem 137.427 segundo o censo de 2010 com estimativa de crescimento para 153. 918 em 2019 (IBGE, 2010). As duas cidades de maiores extensões territorial da Bahia se encontra no Oeste da Bahia. Formosa do Rio Preto com 16. 514 km² e São Desidério com 14. 876 km², o município de Barreiras por sua vez tem a expansão de 7. 538 km². O agronegócio predomina com grande extensão de produção de soja, café, algodão e etc. A economia do Oeste baiano se caracteriza pelas práticas do agronegócio, produzindo uma invisibilidade para os povos do campo, desvalorizando a agricultura familiar.

A pesquisa foi realizada em um acampamento do MST, localizado a 34 Km do município de Barreiras, Bahia. No local, residem famílias que têm como principal fonte de renda a agricultura familiar, sendo identificadas, como população camponesa. No acampamento vivem 30 famílias, contendo entre três a seis pessoas em cada família, com a quantidade de sete crianças no total. Dados estes que foram informados pela líder do acampamento a partir de visita realizada pelos pesquisadores/as no local.

A amostra foi composta por sete crianças e quatro adultos que são os cuidadores e que moram no acampamento, na qual foi respeitado o direito de escolha de querer ou não participar da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados dessa pesquisa constituiu de uma entrevista semiestruturada (APÊNDICEA). A primeira parte refere-se ao questionário sócio demográfico e econômico composto por nove perguntas. Em seguida, apresentam-se nove perguntas que se refere ao tema central da pesquisa na qual foram aplicadas individualmente na casa dos participantes que aceitaram participar da pesquisa e que estão dentro dos critérios de inclusão. Além disso, foram os participantes que escolheram o local dentro de sua casa

para a realização da pesquisa, que fosse confortável tanto para o/a entrevistador/a e o entrevistado e que não gere constrangimento. A entrevista teve como finalidade conhecer e levantar demandas, que podem ser trabalhadas no acampamento.

Posteriormente, foi realizado um levantamento de demandas com as crianças (APENDECE B), dentro de uma metodologia de prática de grupo focal, na qual foi trabalhado um diálogo participativo, por meio de perguntas, dentro das perspectivas teórica e prática da Psicologia Comunitária, educação popular e formação política do MST.

Para tanto, logo após serem levantadas as demandas, foram realizadas as Intervenções de Ação Participante – IAP; as intervenções foram realizadas de 15 em 15 dias, com a durabilidade de seis meses (julho a dezembro de 2019), totalizando 12 encontros, com as crianças e cuidadores. Logo após, os pesquisadores/as, prepararam a comunidade para definir o uso dos resultados da IAP e, posteriormente, com a população participante, organizou a Ação Política, estando flexíveis a outro tipo de ação; os/as agentes externos levaram imagens de figuras, apresentando o processo histórico de luta pela terra da população do MST, posteriormente disponibilizou para as crianças cartolinas, para que essas desenhassem as atividades culturais que acontecem durante o ano no acampamento, em que se caracteriza como uma forma que desperta a identidade vinculada pela terra. Todo esse processo de instrumentação de coleta de dados perpassou pela consequência de análise problemática da pesquisa e assim, iniciou o momento de luta por soluções para as demandas emergentes (FRIZZO, 2010).

Para fundamentar a Intervenção Ação Participante (IAP), dentro de sua Ação Política, essa se pauta a partir de alguns teóricos como Frizzo (2010), com a contribuição escrita de um capítulo intitulado “A Investigação-Ação-Participante”; Campos (2007), com a temática “Introdução: A psicologia social comunitária”; Souza (2012), com o título de tese de doutorado: A saúde na perspectiva ética-política: pesquisa ação participante na comunidade da Terra Irmã Alberta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) “ e entre outros. Para Tanto, conhecer a realidade de um povo ou comunidade não é o suficiente, a meta da IAP é a libertação das potencialidades criativas, tanto individual, quanto coletiva, mobilizando com o povo ações políticas de soluções de problemas (SOUZA, 2012).

A partir das anotações completas no diário de campo por meio do grupo focal, observações, intervenções, participação das crianças, foram analisadas as principais relações estabelecidas entre a educação popular infantil do MST com as crianças desse acampamento; a valorização dos participantes sobre as questões referentes a terra, principalmente no que tange a formação pedagógica política das crianças e, como se dá a valorização e cultura do campo com as crianças acampadas. Para a construção das tabelas, foi utilizado o Microsoft Excel 2014. As considerações a respeito dos dados coletados através das entrevistas e diário de campo e grupo focal foram usadas para levantamento de demanda; intervenção de ação político social e produção escrita do trabalho apresentado. As falas das entrevistas foram transcritas para papel A4 e posteriormente analisadas. Foi utilizada uma letra para cada participante, de modo que os/as mesmos/as não sejam identificados, garantindo assim o sigilo e anonimato.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise do discurso a partir do tipo de consciência, a qual a análise do discurso dos/as participantes que permite situá-lo no seu

tipo de consciência, por meio de significação pessoal, as quais podem ser: leitura do mundo, levantando questões desde a atividade comunitária a situações sociais e tecnológicas; autoanálise do indivíduo; e abstração (FREIRE, 2005; GÓIS, 2005).

A presente pesquisa é consequência da aprovação do projeto de pesquisa pelo comitê de ética em pesquisa do Centro Universitário São Francisco de Barreiras – UNIFASB de número 5020 e CAEE 5869519.0.0000.5026, na qual realizou-se uma análise e intervenção das demandas voltadas para a valorização do campo com as crianças do MST através de uma Investigação Ação Participante.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 | HISTÓRIA E CONCEITO DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

No Brasil e em solos da América Latina a nomenclatura teórica de Psicologia Comunitária surge em meados de 1975, objetivando fazer uma extensão da Psicologia Social. Psicólogos e psicólogas sociais não estavam satisfeitos/as com os resultados da Psicologia Social até então conhecida como tradicional em que atendia uma demanda clássica elitista, estudos de grupos, especificidades da conduta humana, ajustamento social e comportamental, excluindo assim, todo processo sociocultural, contextual e histórico do indivíduo, esquecendo-se de trabalhar demandas voltadas ao papel ideológico de identidade social e de relações de classe desses sujeitos (GÓIS, 1993).

Outro aspecto importante na construção da história da Psicologia Social Comunitária foi o setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, produzindo novos caminhos para Psicologia Social no estado, criando-se no ano 1974 a disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, relacionando as questões comunitárias e ecológicas (LIMA, 2012). Vale salientar, que aproximação da Psicologia Social a população mais oprimida se concretiza a partir da década de 80 e 90, com as contribuições da redemocratização do território brasileiro, implantação da Constituição Federal de 1988, e consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS; já a década de 90 teve a abertura dos campos de trabalhos nos setores públicos de saúde do país (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010)

As linhas teóricas de pesquisa de Psicologia da Libertação, Psicologia Social Comunitária, Psicologia Política e Psicologia Sócio Histórica se desenvolveram através das reflexões críticas os quais produziram questões que modificaram a Psicologia Social Latino-americana, surgindo a partir de práticas fomentadas em periferias e comunidades em situação de vulnerabilidade e pobreza (GONÇALVES; PORTUGAL, 2012).

Desde meados da década de 60, no Brasil, a utilização de teorias e métodos da psicologia em trabalhos feitos em comunidades de baixa renda, visando, por um lado, deselitizar a profissão, e, de outro, buscar a melhoria das condições de vida da população trabalhadora, constitui o espaço teórico e prático do que passamos a denominar a "psicologia comunitária", ou "psicologia na comunidade" (Freitas, 1994) Bairros populares, favelas, associações de bairro, comunidades eclesiais de base, movimentos populares em geral foram os lugares em que tiveram início essas experiências de "psicologia comunitária" (CAMPOS, 2007, p. 9).

A Psicologia Comunitária surge a partir da necessidade de se trabalhar conceitos e categorias como: realidade social; identidade; ideologia; representação social; sentido psicológico de comunidade; empoderamento; e entre outros (GÓIS, 2005). Esta, por sua vez é definida como uma área da Psicologia Social da Libertação, principalmente pelas mesmas se originarem e desenvolverem sócio historicamente em territórios Latino Americanos (XIMENES et al, 2008).

A psicologia Social em território brasileiro está relacionada aos fatores sociocultural, histórico e econômico, como também essa análise perpassa pela América Latina. Para

tanto, o contexto sócio histórico da América Latina, principalmente nos anos de 1960 vivencia um momento de retrocesso em que os direitos básicos dos povos, a exemplo de educação, saúde, alimentação e moradia, são reprimidos por meio de violência e a falta de liberdade de expressão, caracterizando dessa forma as injustiças sociais em que produzem nos profissionais de diversos saberes o questionamento sobre o compromisso social e a sua responsabilidade com profissional, principalmente no que tange a pobreza e a desigualdade social (CRUZ; FREITAS; AMORETTI, 2010).

As atividades de cunho comunitárias tiveram início por meio das demandas referentes à saúde, educação e saneamento básico, conhecidos como grupo-clientes, em que buscaram produzir nos grupos o processo de conscientização e de libertação, de maneira que as pessoas venham a solucionar os problemas existentes em seu território. Vale ressaltar, que a Psicologia Social Comunitária tem como uma das suas finalidades levantar as demandas que têm na comunidade, procurando de forma teórica e prática potencializar o processo coletivo, os princípios de solidariedade, e de consciência crítica (CAMPOS, 2007). Ademais, Marin (1980, p. 71) descreve “em um sentido, a Psicologia Social Comunitária desenvolvida na América Latina é uma aproximação multidisciplinar para a solução de problemas sociais”, definição essa que corrobora com o pensamento de Franco (1988):

A Psicologia Comunitária se caracteriza por trabalhar com sujeitos sociais em condições ambientais específicas, atento às suas respectivas psiques. Seus objetivos se referem a melhoria das relações entre os sujeitos e entre estes e a natureza. Nesta perspectiva está todo o esforço para a mobilização das comunidades na busca de melhores condições de vida (1988, p. 70).

Na década de 60, figuras de vários teóricos, especificamente de Paulo Freire foi de suma importância no processo construtivo da educação popular, por meio do seu trabalho de práxis de alfabetização de adultos, tendo como instrumento a conscientização, abrindo nesse período espaço para profissionais de diversas áreas, inclusive para psicólogos/as, fomentando com isso, atividades voltadas para a cidadania, levando assim na década de 70 profissionais da psicologia a desenvolver atividades em comunidades (LANE, 2007).

Dando-se continuidade à discussão acima, Góis (2005) levanta uma reflexão de uma Psicologia Comunitária que atende as especificidades territoriais geográficas, até mesmo continental, na qual a Psicologia Comunitária Norte Americana e Europeia está mais voltada a clínica comunitária/saúde mental comunitária; a Psicologia Comunitária América Latina surge do próprio questionamento da Psicologia Social, por meio de teóricos como Martín-Baró; Silva Lane; e Maritza Montero, contribuindo para os leitores em suas obras, materiais de uma Psicologia Social denominada como crítica, preocupando assim, com a realidade dos povos latinos americanos, levantando conceitos de participação social e de consciência.

Góis (2005) apresenta que Freire e Vygotsky descreveram a funcionalidade de consciência como uma condição do ser humano, por meio do desenvolvimento que gera autonomia e libertação em que surge por meio da dialética do concreto com uma realidade histórica e social, ou seja, o processo de consciência é a consequência da relação das pessoas com uma realidade-mundo, resultando a essa pessoa a condição de explicar

qual realidade ele/ela vive, como também a compreensão de si nesse mundo. Para tanto, se entende por meio da teoria de Paulo Freire que a terminologia consciência parte do pensamento consciência de alguma coisa.

A consciência é consciência de algo, para o qual se dirige seu intento. A consciência de si dos seres humanos implica na consciência das coisas, da realidade concreta em que se encontram como seres históricos, a qual eles aprendem através de suas habilidades cognitivas. O conhecimento da realidade é indispensável ao desenvolvimento da consciência de si e este ao aumento daquele conhecimento (FREIRE, 1968, p. 144 e 145).

Ressalta-se a partir de Góis (2005) três agrupamentos das sociedades latino-americanas no pensamento de Freire: primeiro, o fechado entendido como uma sociedade de cultura alienada, dependente, opressão da elite a realidade desses povos, povos sem capacidade de decisão, comunidade aderidas as imposições da elite, domínio do pensamento elitista; segundo a sociedade em transição a qual corresponde aos debates políticos e de ideias, com consequência de avanços e retrocessos, resistência aos contextos diferentes a qual está presente em um processo de consciência transitiva; e terceiro a comunidade de consciência aberto sendo entendida como comunidade que dialoga e comunicam-se, participativa do processo sócio histórico, em queos povos são sujeitos ao invés de objeto, exercendo a democracia.

A Psicologia Comunitária em sua base epistemológica inclui a voz das pessoas em situação de opressão, compreendendo os atores sociais como sujeitos epistêmicos, dando ênfase aos processos de conflitos como condição da relação humana (XIMENES et al, 2008).

Diante do exposto Monteiro (1982) descreve uma breve definição sobre a Psicologia Comunitária:

Área da Psicologia cujo objeto é o estudo dos fatores psicossociais que permitem desenvolver, fomentar e manter o controle e poder que os indivíduos podem exercer sobre seu ambiente individual e social, para solucionar problemas que os afetam e lograr mudanças nestes ambientes e na estrutural social (1982, p.16).

Uma figura teórica importante no processo de uma psicologia que atenda as demandas territoriais do local foi Ignácio Martín-Baró, que nasceu no ano de 1942, na cidade de Valladolid, Espanha (OLIVEIRA; GUZZO, 2013). Este, por sua vez, lutou por uma psicologia latino-americana própria, atendendo a realidade geográfica; em 1980 introduziu o conceito de Psicologia da Libertação – que sua prática se relaciona com os problemas estruturais vividas pelas populações oprimidas, essas que resistem e superam a opressão por meio do coletivo (MARTIN-BARÓ, 2011).

A Psicologia Social da Libertação tem como finalidade encontrar respostas as demandas de injustiça estrutural, desigualdade e opressão social; atuando por meio de problemas concretos, na qual a denotação libertação perpassa pelo pensamento dos indivíduos em comunidade tenha a capacidade de compreender sua realidade e partir disso venha se libertar da opressão que a sociedade estabelece. Essa práxis de realidade

da América Latina cobra-se uma releitura teórica, fortalecimento dos povos oprimidos, recuperação/atualização da memória e história dos povos, potencialização da comunidade, consciência da população. Vale ressaltar, que Psicologia da Libertação faz parte da Psicologia Comunitária, abordando temas como conscientização, desideologização, história do indivíduo, entre outros (MARTÍN-BARÓ, 1996; MARTÍN-BARÓ, 1998).

A psicologia Social da Libertação tem como aspecto epistemológico produzir uma ação política de respostas aos problemas de injustiça estrutural e desigualdades sociais, trabalhando por meio das situações reais nos contextos Latino Americano, buscando dessa forma a práxis de uma psicologia libertadora em que as pessoas e comunidades venham compreender a sua realidade e sejam protagonistas, se posicionando contrário a estrutura social opressora (MARTÍN-BARÓ, 1996). Diante dessa relação de Psicologia Comunitária e Psicologia Social Comunitária, segue reflexão:

Falar da importância da Psicologia da Libertação para a formação e desenvolvimento da Psicologia Comunitária, a nosso ver, é tocar na necessidade de desenvolver uma práxis transformadora da sociedade capaz de lutar contra as relações de opressão, de servilismo e de violência estruturadas no modo de produção capitalista. É buscar desenvolver trabalhos capazes de contribuir na construção de sujeitos críticos, que promovam a transformação das condições de miséria econômica e opressão política imperantes na América Latina, caminhando para a construção de uma agenda política revolucionante das dimensões micro e macrosocial (XIMENES et al, 2008, p. 458).

A Psicologia Comunitária é definida como uma área de ramificação da Psicologia Social da Libertação, na qual tem buscado por meio de sua perspectiva teórica o desenvolvimento do sujeito comunitário, buscando com que esse/a seja protagonista de sua própria história e luta. Para tanto, entende-se que esse sujeito faz parte de uma comunidade – lugar, espaço ou território que agrupa pessoas que está relacionado aos valores, crenças e sentimentos desses sujeitos, ou seja, é um local de construção da subjetividade dessas pessoas, em que é construído por meio de consenso, contradições e de convivência (GÓIS, 2005).

Para tanto, segue respectivo definição conceitual de Góis referente a práxis teórica e prática da Psicologia Social Comunitária:

A Psicologia Comunitária como uma área da Psicologia Social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar comunidade e aos grupos comunitários. Visa ao desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa a organização e o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. (GÓIS, 1993 p. 14).

Decorrente do exposto supracitado o conceito de libertação perpassa pela práxis de sujeitos em situação de exclusão, dominação, desigualdade, e opressão social, na qual a Psicologia Comunitária trabalhará de maneira que os atores sociais se tornem autônomos, protagonistas, conscientes e livres (GÓIS; XIMENSES, 2010).

A prática teórica e metodológica da psicologia em contexto de desigualdade social, a exemplo, de favelas, bairros populosos, movimento populares, lugares de vulnerabilidade em geral, foi o contexto em que a psicologia iniciou as suas primeiras ações de uma Psicologia que procura atender todas as demandas territoriais geográficas, todas as pessoas, sem distinção de classe, etnia e entre outros (CAMPOS, 2007). A Psicologia Comunitária é uma ramificação da Psicologia Social da Libertação, que tem a finalidade de trabalhar com os indivíduos comunitários. Nisto, vale ressaltar segundo Ximenes e Moura (2013), entende-se como comunidade um espaço de moradia que agrupa pessoas, em que se constroem neste local, valores, crenças e sentimentos recíprocos entre essas pessoas.

A Psicologia Social Comunitária é definida por Góis (1993) como uma área de saber que estuda a cultura das pessoas a partir de relação entre a história de vida dessa pessoa, com o lugar de moradia (comunidade), na qual analisa os vários sistemas existentes nesse lugar, desde a identificação e pertencimento das pessoas a comunidade, a relações e representações, tendo como função trabalhar o desenvolvimento da consciência do lugar de pertença, incluindo-os/as como indivíduos que fazem parte de todo processo histórico de sua realidade e comunidade, na qual, por meio dessa problemática a PC tem como objetivo primordial a transformação do indivíduo, levando-o/a a ser o/a protagonista de sua própria história. Dentro dessa realidade, a Psicologia Comunitária teve suas primeiras ações prática-teórica-metodológica a partir dos anos 60 no Brasil (CAMPOS, 2007).

A PC passou a se desenvolver como ciência, por meio de um grupo de psicólogos/as que criticavam o modelo metodológico do movimento positivista da Psicologia Social, hegemônico, essa estabeleceu como proposta, a aproximação do psicólogo/a com a realidade das comunidades, com o objetivo de propor ações políticas de transformação social (XIMENES; COLARES; BARROS, 2009).

Para tanto, Lane (2007), descreve que não tem como realizar uma revisão da história da Psicologia Comunitária sem considerar o contexto sócio-político-econômico da América Latina; no que tange ao Brasil, um marco histórico, que caracteriza o surgimento da Psicologia Comunitária, foi o golpe militar de 1964, na qual os psicólogos individualmente, passam a questionar questões referentes a sua prática junto as comunidades e a maioria da população, no que se refere a libertação e organização popular. Ademais, é nesse contexto de realidade que grupos de psicólogos/as em sua maioria compostos de professores de instituições de ensino superior passam a questionar essa Psicologia Social Tradicional, principalmente em epistemologia de ensino com enquadramento de ajustamento social, especificidade de conduta, anulação das vinculações relacionais dos contextos sociocultural e histórico; este movimento buscava relações mais assertivas e compromissadas da categoria profissional de psicólogos com as demandas sociais (FREITAS, 1996; GÓIS, 2008).

O contexto da Psicologia Social Comunitária tem em suas finalidades, uma perspectiva crítica, reflexiva e dialógica, incluindo os membros de determinada localidade a participarem de todo o processo do trabalho comunitário e criando em conjunto as propostas de ação política e de intervenção social. A Psicologia Comunitária tem também, como fundo teórico-prático as vertentes históricas de Max e Gramsci a partir do materialismo histórico dialético, levando a maioria da população, a serem os protagonistas da própria história, desmitificando a crença de comunidade passiva, fraca ou estática. Além desse pano de

fundo, essa também tem forte contribuição teórica da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, dentro das práticas da Educação Popular (CRUZ; FREITAS; AMORIM, 2010).

O tripé da psicologia Comunitária parte de uma relação teórica, prática e de compromisso social, que busca uma libertação dos povos que vivem em situação de opressão social, exclusão, dominação de classe e desigualdades, instigando essas pessoas a serem sujeitos livres de pensamentos e conscientes de suas ações políticas (REBOUÇAS; JUNIOR; XIMENES, 2010). Conforme Góis (2008, p. 78)

A Psicologia Comunitária é uma disciplina que se orienta por uma práxis libertadora, a partir das próprias condições (atuais e potenciais) de desenvolvimento da comunidade e de seus moradores. O fundamental é a compreensão do modo de vida da comunidade e a realização de seus potenciais de desenvolvimento pessoal e social.

A PC tem ramificações contributivas para a população rural/camponesa, na qual buscam estratégias de resistência as práticas de opressão social, política e simbólica, atuando com a própria comunidade, procurando de forma amistosa criar um vínculo de diálogo, comunhão e criticidade em relação aos problemas existentes, em uma reciprocidade humana e igual entre moradores e pesquisadores/as (XIMENES; MOURA, 2013). Assim, a participação das pessoas nesses espaços de realidade, parte de projetos de atividades em pesquisa, ensino e extensão, que possibilitam aos agentes externos, por meio das problemáticas apresentadas, um novo aprendizado, juntamente a isso, se conhece as potencialidades da maioria do povo brasileiro e dos Movimentos Sociais Latino Americano (XIMENES; MOURA, 2007).

Espera-se que a/o profissional que trabalha nos contextos de maior vulnerabilidade social adote uma prática com repertórios de combate a esse sistema perverso, no sentido de potencializar as ações individuais e coletivas, como forma de luta pela garantia de direitos (GOFFMAN, 2013).

A Psicologia Social Comunitária tem a seguinte metodologia de trabalho: é necessário o/a pesquisador/a externo conhecer o território; realizar encontros com a comunidade; respeitar as diferenças das pessoas; desenvolver a partir da demanda levantada uma proposta com a população de ação política e, posteriormente oferecer um apoio psicossocial (GOFFMAN, 2013). Para tanto, vale ressaltar que as práticas de intervenções de cunho comunitário têm fundamental importância ao processo de desenvolvimento do indivíduo, principalmente porque o seu vínculo se caracteriza como concreto e psicológico entre a relação do mundo objetivo do território com o processo subjetivo da sociedade (GÓIS, 2005).

Góis (2005) reforça que a PC aplica o método dialógico-vivencial como forma de análise e vivência; este método por sua vez é considerado como relevante, principalmente porque esse processo envolve uma dimensão reflexiva, produzindo problematizações nos territórios comunitários em interação com os moradores, incluindo dessa maneira o contato do profissional ou pesquisador com o cotidiano e espaços microssociais, compreendendo suas individualidades, subjetividades e cultura, como também suas relações com outros contextos.

Diante da discussão metodológica da Intervenção Ação Participante – IAP e suas

especificidades, salienta-se a necessidade de fomentar de maneira distintiva o conceito de Pesquisa Ação (PA) e Pesquisa Participante (PP): a PA é definida teoricamente por Thiollent (1985, p. 14):

Como uma pesquisa com base empírica, realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A terminologia PA foi aplicada no ano de 1946 por Kurt Lewin, definindo-a como uma pesquisa que não se limite somente a produção de materiais, mas que produza ação social. Este por sua vez realizava pesquisas em contexto Norte Americano, tendo como objetivo a integração de minorias étnicas (NOVAIS; GIL, 2009).

A Pesquisa Participante – PP, por sua vez está mais inclina para relação da prática e a teoria, para tanto, não é qualquer processo participativo que leva o nome da PP, pois está dever carregar um princípio ideológico e político, pois esta apresenta os ventos da alternativa das esferas das ciências sociais, sua epistemologia tem a realidade dos contextos sociais, as intervenções como alternativa, nunca é completa, estando sempre no processo de vir a ser (DEMO, 2004).

A Intervenção Ação Participante é composta por diversas análises de necessidades que levantam demandas, em que procura especificar os problemas que tem oprimido as pessoas em comunidades, verificando as circunstâncias e os sentimentos da comunidade. A IAP é uma intervenção de cunho social baseada em uma ação participante em que integra a relação entre as diversas ciências e a realidade social territorial dos indivíduos em suas comunidades, sendo estabelecido por meios dos determinantes socioculturais (SARRIERA; SAFORCADA, 2010). Esta proposta de IAP ganhou notoriedade no Simpósio Mundial de Cartagena por meio da participação de Fals Borda, definindo metodologicamente a IAP e a inspirando como um processo de vivencia para as comunidades, incluindo assim, um processo simultâneo de pesquisa científica e ação política (BORDA, 1972).

A IAP tem como pressuposto metodológico uma perspectiva em que os sujeitos pesquisados sejam os protagonistas de todo o processo de pesquisa, desde as demandas levantadas até a ação política, participando dessa forma do processo de intervenção, do levantamento de demandas e das fomentações de ações políticas as quais tem como finalidade solucionar os problemas demandados. Vale ressaltar, que esse modelo metodológico de pesquisa tem como finalidade o fortalecimento coletivo da comunidade, levantamento de necessidades, reuniões com as lideranças ou coordenação e com coletivo da comunidade (GÓIS, 2005; SARRIERA; SAFORCADA, 2010).

A IAP tem seus pressupostos analíticos específicos, diferenciando-os da pesquisa científica de cunho tradicional, tendo duas interfaces relacionais: a) está propensa a ser alterada o que está sendo pesquisado, dado ao fato do processo ser construído coletivamente com os sujeitos da pesquisa; b) é limitada pela realidade vivenciada e pela ética da prática; garantindo diante disso a interdisciplinaridade de saberes e suas interações, que venham produzir de forma individual e coletiva diversas reflexões sobre as demandas identificadas na comunidade. Para tanto, os projetos de pesquisas científicas de IAP tem sido de forma significativa aceitos nos centros acadêmicos de divulgações

científicas (FELCHER et al, 2017; SARRIERA; SAFORCADA, 2010).

O processo de formulação da IAP amplia as bases teóricas e metodológicas de pesquisas, rompendo com os enfoques tradicionais de pesquisas, objetivando as transformações da realidade sociopolítica da comunidade, principalmente porque sua intervenção tem finalidade micropolítica, passando a adotar uma nomenclatura de “atitude de pesquisa”, sendo dessa maneira considerado os aspectos de pesquisas sociais e a subjetividade dos indivíduos em relação aos tratamentos dos dados levantados (STENGERS, 1990). Ademais, Novais e Gil (2009) destaca a respectiva descrição sobre a IAP:

1. tem lugar em situações concretas em que quem aplica está ética, existencial e socialmente comprometido; 2. é um processo argumentativo entre grupos que lutam pela decisão do conflito a seu favor; 3. envolve o cientista na luta pelo equilíbrio do poder, obrigando-o assim a tomar o partido daqueles que têm menos poder; 4. aceita que os limites e deficiências dos saberes locais não justificam a recusa desses, porque isso significa desarmar argumentativa e socialmente seres competentes (NOVAIS; GIL, 2009, p. 148).

A IAP é definida dessa maneira como uma abordagem metodológica, filosófica e política que aglutina os processos de investigação, educação e ação, possibilitando a estimulação de espaços individual, coletivo e político, produzindo nas pessoas e em comunidades o protagonismo e reflexão sobre as conjunturas estruturais e, principalmente acerca do sistema as quais estão inseridas. Esta por sua vez tem como base o compromisso com as ações de transformação social e com a justiça social (MARTIN, 1996).

2 | UMA ANÁLISE DA LUTA PELA TERRA EM INTERFACE A POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

A Luta pela terra perpassa toda a história da civilização humana, tornando-se de fundamental importância a atualização desse processo, na qual em média há dez mil anos os seres humanos sobreviviam da caça, da pesca e de frutos silvestres. Para tanto, os primeiros registros de agricultura na história foram na Região do Oriente Médio – Mesopotâmia advindo posteriormente, as plantações de trigo e cevada e domesticação de animais, a exemplo de bois e porcos. Neste período não havia proprietário de terra, a terra era de todos; mas ao longo do tempo as comunidades cresciam e junto com esse crescimento surge a divisão das tarefas: uns plantavam, outros cuidavam dos animais, etc. A partir dessa mudança de comportamento em sociedade surge a nomenclatura divisão do trabalho. Vale ressaltar que nesse período histórico a plantação e a domesticação de animais eram para a comunidade, não sobrava alimentos, ou seja, tudo para sua própria subsistência (LOPES; MORISSAWA, 2001).

Há 2.200 anos em plena expansão de crescimento do Império Romano surge conceitos como de “patriciado” – *camada social dos grandes proprietários de terra* e “plebeus” - *camada social integradas de pequenos agricultores*. Foi neste período que os camponeses eram convocados pelo Império Romano para as guerras e ao voltarem para os lares eram abandonados sem nada para sua subsistência, acarretando a maioria deles entregar suas terrinhas aos “patricios”, fazendo com que essas famílias abandonassem a terra para serem moradores de Roma, caracterizando o que tanto a literatura chama de

“êxodo rural” e o conceito de latifúndio – uma grande área territorial geográfica na posse de um único proprietário (LOPES; MORISSAWA, 2001).

Outro momento importante da história foi no período de idade média em que a terra é titulada como “Terra é poder” a partir de imensas propriedades rurais, conhecidas em época como “feudos”, mas que os seus donos eram uma pequena parte da sociedade, os nobres (príncipes, condes, membros da alta hierarquia da Igreja, etc.). Os nobres eram conhecidos em sociedade como senhores feudais, a terra nesse período não era comprada como na atualidade, mas somente se apropriava tomando, evidenciando assim, que terra e poder, que se ressalta que até o século XVIII quem dominava a sociedade eram os proprietários de terra, os senhores feudais (FERNANDES, 1999).

A luta pela terra no Brasil perpassa todo o seu processo histórico, desde o momento de colonização pela colônia portuguesa até o contexto atual vigente, na qual as organizações de resistência de luta em favor da terra têm marca significativa, no contexto de luta dos escravos, contra o cativo e a exploração do trabalho da colônia portuguesa e, posteriormente o momento histórico da expulsão do sujeito indígena, e abolição da escravatura (FERNANDES, 1999).

A Secretaria Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra descreve que o Brasil está entre os países, com maior expansão geográfica territorial do mundo e, com maior desenvolvimento de concentração latifundiária, sendo considerado um país de suma importância ao agronegócio mundial. Para tanto, a expansão e a exploração da terra, como forma de produto capital, tem sua gênese com a colonização portuguesa na América Latina, especificamente em solo Brasileiro, principalmente com o extrativismo e a exportação do pau Brasil no século XVI; com a consolidação da colonização e exploração da mão de obra escrava, ocorreu em 1530 as capitânicas (constituição de grandes áreas de terras propícias para o cultivo) distribuídos para portugueses com condições financeiras para explorar economicamente as terras, dando início a implantação da desigualdade social no país (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2010).

No que se refere à população do campo, a luta pela terra se principiou no processo de resistência dos povos indígenas, posteriormente com a população negra, no processo de acabar com a escravidão e, por garantia de políticas públicas de educação, saúde e entre outros, até porque, na relação de dominação e resistência, a posse e retomada de terra sempre estão presentes (FELICIANO, 2006).

Outro cenário das lutas e resistências de organizações populares contra a opressão, exploração, cativo de terra, contra a expropriação, contra a desigualdade, contra a exclusão de camponeses/as, contra a desapropriação de terra, foi a “Lei de Terra” de 18 de setembro, no ano de 1850, número 601, normatizando a propriedade privada de terras; as pessoas, somente teriam a posse dessa, após a aquisição, sendo assim, considera-se que o governo passa a ter o monopólio das terras devolutas. Nisto, a terra deixou de ser apenas um privilégio, se tornando uma mercadoria com capacidade de gerar lucros, lembrando também, que é nesse contexto, que ocorre o processo de grilagem, em que muitas famílias, foram desapropriadas de suas terras (SILVA, 2004).

A luta pela terra perpassa um marco histórico no período republicano entre os anos de 1888 a 1964, titulando-se como as lutas messiânicas. Os movimentos de resistência

no período foram os liderados por Antônio Conselheiro, no território de Canudos, Bahia e do “Monge” José Maira na Guerra de Contestado na região entre o estado do Paraná e Santa Catarina, na qual somente foram derrotados por meio de massacres brutais de tropas federais. Ressalta-se que nesse mesmo período, especificamente entre os anos 1954 a 1964 surgem três organizações como forma de resistência ao sistema capitalista, valorizando-se a reforma agrária, sendo esses: a ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil; MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra; e as Ligas Camponesas (LOPES; MORISSAWA, 2001).

O aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964 dá-se continuidade com o Movimento dos Trabalhadores Rurais, sendo justificado que os dois movimentos têm uma metodologia semelhante de resistência e ação – constituindo-se como movimentos independentes, nascendo do coletivo e luta pela terra (LOPES; MORISSAWA, 2001).

No final do século XVIII por volta dos anos de 1960 por meio da Revolução Industrial (novas fontes de energia; aperfeiçoamento das máquinas) se concretiza o conceito de burguesia, por meio da divisão e especialização do trabalho. Surge nesse momento uma mudança na economia mundial, a terra deixa de ser a principal fonte de renda da burguesia, passando agora a ser a produção em grande escala, criando-se agora o mercado internacional e a consolidação do capitalismo industrial (LOPES; MORISSAWA, 2001). Ressalta-se que nesse período ocorrem os arrendamentos de terras (cercamentos), obrigando os camponeses a viverem na cidade, caracterizando mais uma vez o êxodo rural (FELICIANO, 2006).

A luta por garantia da terra está relacionada ao processo de revolução industrial e desenvolvimento urbano entre o século XIX e XX, diminuindo o território rural, criando-se o fenômeno de “êxodo rural” – desenvolvendo dessa forma o pensamento em massa que as regiões rurais iriam se transformar em urbanas. Diante disso, ressalta-se que os povos do campo têm sua cultura e subjetividade, necessitando de ampliação de debates sobre a relação de campo e cidade, que não venha fomentar somente o conteúdo de esvaziamento socioeconômico e rural das ruralidades, pois existem novos formatos (CARNEIRO, 2012). Laubsten (2011) define o fenômeno da industrialização e urbanização como modernização da agricultura, mas que pensar que as regiões rurais vão desaparecer é ilusório.

O Brasil em relação ao processo de industrialização sofre a tentativa de transformar o país em um grande produtor de exportação, objetivando dessa forma atender as demandas de expansão do capital/mercado europeu (PRADO, 1960). Os invasores do território brasileiro fizeram uso de violência desde o período colonial, expropriando as terras nativas comunais para concentrá-las nas mãos da Colônia portuguesa, pois um dos objetivos do processo de colonização foi a produção de mercadorias tropicais para suprir o mercado europeu (MARTINEZ, 1997).

O campo sendo analisado historicamente em comparação ao processo e desenvolvimento industrial e urbano é considerado como sem invisibilidade, sempre estando em segundo plano, sendo lembrado quando aparecem problemas sanitários que atingem a produção agrícola ou pela revolução agrícola verde de exportação (agronegócio). Ademais, necessita-se de maior visibilidade para as pessoas que vivem em territórios rurais, atentando para as falas e vivências dessas pessoas, promovendo um maior número de

pesquisas em comparação a quantidade de pesquisa em contexto urbano. Vale ressaltar, em território brasileiro a quantidade de 20 milhões de pessoas em áreas rurais (BERTOLLI FILHO, 2004; GERHARDT; LOPES, 2015).

O campo sofre por um antagonismo em relação aos processos de inclusão e exclusão em comparação ao contexto urbano. A Portaria de 2 de dezembro de 2011 de número 2.886 define a população rural como povos, comunidades, modo de vida, produção e reprodução que se relacionam com o campo, a floresta, os ambientes aquáticos, a agropecuária e o extrativismo (BRASIL, 2013). Para tanto, a Organização Mundial da Saúde – OMS, dispõem de dados importantes para o processo crítico e reflexivo sobre os impactos negativos nos povos do campo, referentes a violação de direitos, que podem ser: civis, culturais, sócio político, produzindo impactos na geração de renda, educação e acesso à terra, ou seja, esses problemas são históricos, determinando a desigualdade social por meio da pobreza e falta de qualidade de vida (WHO, 2010).

No que tange as políticas públicas voltadas para o rural nunca estiveram direcionadas para as necessidades da maioria das pessoas que moram em contextos rurais; as conquistas de direitos são a parte de lutas e resistência de camponeses distribuídos em diferentes lugares Brasil, composto por setores do Estado, pesquisadores e a sociedade (CARLOS, 2006). Ianni (1985) expõe uma reflexão sobre os povos do campo:

A terra é muito mais do que objeto e meio de produção. Para o camponês a terra é o seu lugar natural, de sempre, antigo. Terra e trabalho mesclam-se em seu modo de ser, viver, multiplicar-se, continuar pelas gerações futuras, reviver os antepassados próximos e remotos. A relação do camponês com a terra é transparente e mítica; a terra como momento primordial da natureza e do homem, da vida (IANNI, 1985, p. 26).

Os aspectos referentes a aplicabilidade teórica e prática em contextos rurais é compreender que as comunidades rurais são diversas, desde comunidades tradicionais da terra, a exemplo dos povos do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra (MST), povos indígenas, povos da floresta, povos das águas, cerrado, semiárido, catinga, pantanal, ribeirinhos e quilombolas (BRASIL, 2011).

A expressão “trabalhadores rurais” foi incluída com a função de explicitar que o movimento é composto por agricultores/as; já a expressão “Sem terra” surge por meio do processo histórico de luta na constituinte de 1946 com a lua da reforma agrária, mas cunhada realmente em 1970 por meia da imprensa (LOPES; MORISSAWA, 2001). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido pela sociedade, como o Movimento dos Sem Terra ou MST, é o resultado de uma luta pela terra, estrutural e histórica no Brasil. Esse movimento surgiu por meio de um incomodo/insatisfação com as questões agrárias, na qual passa a se organizar, com o objetivo de levantar dados, analisar conjunturas e propostas políticas, para com isso, construir conhecimentos, sobre como atuar, resistir, e lutar em favor da terra e dos seus direitos (FERNANDES, 2000).

O surgimento do MST se deu entre os anos de 1979 a 1985, com a consolidação no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em que teve como principais propostas, a luta pela terra, luta pela reforma agrária e luta contra o capitalismo opressor. Este encontro nacional do MST foi contemplado com a participação de lideranças de 23

das 27 unidades federativas do Brasil, na qual ocorreu no período de 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná (CALDART, 2001). Para tanto, Martins (1994) ressalta que a população do MST luta por conquista além da reforma agrária:

Querem mais que reforma agrária encabrestada pelos agentes de mediação. Querem uma reforma social para as novas gerações, uma reforma que reconheça a ampliação histórica de suas necessidades sociais, que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito à contrapartida de seu trabalho, aos frutos do trabalho. Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação, não os suprime historicamente. A falta de reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis (MARTINS, 1994, p. 156.).

O processo de surgimento do MST é perpassado por três etapas segundo Fernandes e Stédile (1999), Leite e Dimenstein (2010): a) ao fator socioeconômico que é marcado pelas mudanças que aconteceram no campo, especificamente no período da década de 70, conhecida como revolução verde, modernização da agricultura, ou revolução industrial agrícola caracterizada pela expansão do capitalismo industrial, não obstante todo esse processo sendo movido pelo governo militar; b) a CPT – Comissão Pastoral da Terra que junto com os trabalhadores rurais desenvolveram em suas atividades práticas de reflexão sobre a própria realidade do sujeito do campo e como esses sujeitos poderiam se organizar; c) a constituição do MST como movimento social, por meio de várias entidades sociais e civis, levando o MST se tornar um movimento resistência.

Todo esse processo veio a partir das primeiras ocupações organizadas, que acarretaram na definição concreta de sua estrutura organizativa, surgindo assim, as primeiras lideranças do movimento (FERNANDES, 2008). O processo de reforma agrária continua sendo uma luta de garantia, pela população do MST e outros movimentos sociais, reforçando que a luta, especificamente do MST, não tem sido em vão, pois o mesmo tem acampamentos e assentamentos em 23 estados no Brasil (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2010).

A base social do MST é integrada por semiproletário agrário, sendo esses pequenos agricultores de características semiautônomos, que não possuem terras, não possuem instrumentos básicos para o trabalho que demanda a terra, em que essas violações e negligência aos povos do campo acarretaram na formulação dos objetivos gerais do movimento, sendo esses: 1. Lutar pela terra; 2. Lutar pela reforma agrária; e 3. Lutar pela transformação social (UFFS, 2015). Ademais, é importantíssimo sinalizar que existem aproximadamente 4 milhões e 360 mil pequenas propriedades rurais no Brasil e, que dentre essa totalidade 900 mil existem pelos projetos de acampamento e assentamento do MST, terras essas que em sua maioria se encontram em péssimas condições topográficas, com poucos fundos de fertilidade; os assentamentos de reforma agrária são responsáveis por 40% da renda agropecuária brasileira, pois 70% da alimentação que chega na mesa das

famílias brasileiras vem da agricultura familiar (MST, 2010).

As pequenas propriedades dão emprego para 74% de toda a mão de obra no campo brasileiro. As médias e grandes, o agronegócio, mesmo com muito mais terra, só empregam 26% das pessoas que trabalham no campo. Na agricultura camponesa, em cada 100 hectares, trabalham 15 pessoas, enquanto no agronegócio, em cada 100 hectares, dão emprego para apenas 2 pessoas (média real de 1,7 pessoas/ha). (MST, 2010, p. 20).

A luta pela reforma agrária tem percorrido um grande caminho, na qual está dentro de um projeto político de uma classe que domina o Estado e ostenta o poder no Brasil. Para uma classe elitizada, a Reforma Agrária não tem sentido, não tem funcionalidade, por isso não é necessária e não produz resultados financeiros grandes para o território Brasileiro (GROSSI; ALMEIDA; VICENTE, 2019). Dentro de uma análise territorial, a estrutura das classes sociais, se dá pelas relações de poder, em que isso tem a significação de enfrentamentos entre as classes, principalmente entre os grandes latifundiários e os povos que lutam pelo direito a terra, a permanecer na mesma (GERMANI, 2010). Para tanto, Bernardo Fernandes ressalta em seu livro *A formação do MST no Brasil* a seguinte reflexão:

Processo e mudança são elementos importantes da dinâmica dos movimentos sociais. Essas são fortes características do MST, de modo que, quando se estabelece uma atividade, ela está sendo praticada há tempos, porque a forma surgiu da práxis, e não de um projeto previamente elaborado (FERNANDES, 2000, p. 172).

No território Brasileiro, as políticas públicas para o campo e população do campo, nunca estiveram voltadas para as necessidades dessa população. Esta população ao longo desse processo de desigualdade, exclusão social e opressão, tem se mantido em organizações, por meio das lutas e resistência de milhares de militantes, distribuídos em todo o território brasileiro, e tem gerado a consequência de grande visibilidade, em que setores do Estado, pesquisadores/as e a sociedade de forma integral de sua estrutura, tem se incomodado a expor uma resposta à população camponesa, pois dentro de um aspecto de história de luta pela terra no Brasil, esse é o momento de maior visibilidade e força da população camponesa (FELICIANO, 2006).

O MST em suas ações de retomada de terras no Brasil tem dois princípios de ação organizacional de estratégia de luta camponesa: um é o acampamento rural, que são espaços e momentos de luta e transição para a terra, que tem como finalidade a organização e a união do grupo, para conseqüentemente ocuparem a terra. Nisto, os acampamentos podem estar localizados dentro ou fora da terra objetivada; na beira de uma rodovia; dentro de uma reserva da fazenda ou em um assentamento próximo. Outro aspecto de luta são os assentamentos rurais, entendidos como geografia da unidade camponesa. Este é considerado como a relação entre chegada da luta camponesa a retomada da terra, com a luta dentro de um processo contínuo para inserção e sobrevivência, como classe social (FELICIANO, 2006).

No entanto, a ocupação não é invasão, pois quando o MST ocupa uma terra é porque essa não está cumprindo sua função social da terra (CRUZ; RAFAGNIN; VECHIA, 2018). Além disso, a função social da terra está no inciso XXIII do artigo 5º; na Constituição

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. **Art. 186.** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

O MST desde o seu surgimento é reconhecido como o principal movimento de luta pela terra, sendo impossível compreender a sua formação, sem entender o processo de ocupação de terra, pois este surge das ocupações de terra em que sua implantação em cada estado se deu da prática de ocupação, ou seja, para o Sem Terra o processo de ocupação é símbolo de território e resistência, estabelecendo a relação entre sonho e realidade. Ademais, após a derrota do governo militar, as ocupações têm sido a principal forma de acesso a terra, resultando em milhares de assentamentos rurais em todo território brasileiro, sendo identificado como reforma agrária (FERNANDES, 1999). Assim, em 1984, no final da ditadura militar, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com os seguintes objetivos norteadores da luta pela terra: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária, lutar por uma sociedade mais justa (SOUZA, 2012).

Lazzaretti (2003) afirma que o MST é um movimento de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, principalmente no período de ditadura militar, sendo que esse pressiona o Estado para garantir uma vida digna, principalmente por meio das ocupações, desenvolvendo o pensamento político de mudança na estrutura agrária brasileira a qual privilegia poucos em comparação a muitos. Diante disso, Fernandes (2000) descreve que o MST vai mais além de um apoio as pessoas que não tem terra, esse é a própria luta. O autor ainda salienta que o MST “não é uma instituição ou entidade de fora do processo, que existe para ajudar a organizar as famílias na ocupação dos latifúndios. De fato, as famílias são o MST por estarem organizadas no Movimento” (FERNANDES, 2000, p.105).

O modelo capitalista da revolução verde tem produzido dois conceitos teóricos e práticos, exploração que as pessoas fazem uso da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar e resistência, criando formas políticas para se inserirem e incluírem na sociedade, resistindo o processo de assalariamento; para tanto, a luta não é somente pela terra, mas contra o capital, a expropriação e a exploração. A ocupação é por sua vez a materialização do trabalho reprodução e produção do trabalho familiar, pois grande parte dos trabalhadores que participa dessa luta nunca tiveram terra, sendo que apenas 1/3 do povo do MST teve acesso a terra como posse ou proprietário, a metade trabalhou em terra de outras pessoas; os assalariados representam 1/8 do total (INCRA, 1997). A ocupação da terra é definida por Fernandes (1999), como uma forma

de intervenção dos trabalhadores rurais na relação política e economia de expropriação, salientando a importância das ocupações nas últimas décadas, principalmente no processo de recriação do campesinato, pois criminalizar as ocupações é omitir os problemas de ordem sociopolítica e econômica do Brasil, é condenar as famílias Sem Terra e principalmente, aceitar os interesses dos grandes latifundiários e da ampliação das concentrações de terra.

Diante da importância do MST como movimento político de luta pela terra e pelos povos do campo, segue uma consideração de Morissawa (2001):

O MST foi crescendo, expandindo-se pelo Brasil afora e tornando-se um dos mais importantes movimentos sociais de toda a história do Brasil, conforme avaliações de Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Jacob Gorender, José Saramago e Eric Hobsbawm, entre outros. O MST aparece com destaque nos livros didáticos como movimento social que faz a História. Na base desse crescimento existe uma estrutura organizativa que foi sendo criada a partir das experiências vividas pelo Movimento (MORISSAWA, 2001, p. 204).

A organização do MST tem alguns princípios organizativos: os níveis se dividem em Regional, Estadual e Nacional (maior espaço de decisões, na qual ocorrem a cada cinco anos), estabelecendo como normativa que em todas as instâncias de decisões, tenha a figura de um homem e uma mulher, trabalhando de forma humana e justa, garantir a participação das mulheres; os coletivos são diversificados, tendo o de mística, juventude e relações internacionais; as demandas específicas são organizadas pelos setores: comunicação, cultura, educação, gênero, saúde e entre outros; no que tange a sua estrutura esse tem a Frente de Assentamento, Massificação e de formação, que tem o objetivo de integrar os integrantes dos setores do MST, evitando o isolamento (MST, 2009).

A Frente de Massa tem uma contribuição importante para o sujeito que está conhecendo o processo político do MST, pois no desenvolvimento que perpassa pelas lutas popular, vão construindo a consciência e identidade com o MST, essas pessoas passam a constituir-se Sem terra; considerar-se uma pessoa Sem terra, vai além do pensamento de sujeito excluído da terra, é construir o sentimento de pertença e de identidade. Vale ressaltar, que o setor de frente de massa se responsabiliza com o objetivo de crescimento do MST, em que os militantes se deslocam de municípios, estados ou regiões, formando novos coletivos de famílias com o desafio de trabalhar o processo de conscientização e ocupação de terras (FERNANDES, 2000).

O Setor de Formação tem como finalidade formar o Sem terra de maneira a compreender o sistema capitalista, os aspectos históricos da luta pela terra e de seus trabalhadores, alternativas metodológicas ao modelo sociopolítico. Para isso, o MST criou o Setor de Formação, incluindo materiais didáticos, conhecidos como escolas sindicais, sendo em 1990 criado a Escola Nacional, na cidade Caçador, Santa Catarina; já o Setor de Educação sempre foi uma preocupação para o MST, desde os acampamentos aos assentamentos de reforma agrária; o Setor de Produção se preocupou a princípio a desenvolver a cooperação agrícola; os outros setores são: finanças, projetos, comunicação, relações internacionais, gênero, direitos humanos, e secretarias nacionais e estaduais (MORISSAWA, 2001).

O MST também se organiza por meio das Instâncias de Representação que foram

formados como espaços políticos, analisando as conjunturas e desenvolve as linhas políticas e práticas de atuação. No entanto, segue as respectivas instâncias criadas pelo MST: a) Congresso Nacional, realizado a cada cinco anos, estabelecendo as linhas de conjunturas, estratégias do movimento e suas confraternizações; b) Encontro Nacional, acontecendo a cada dois anos, realizando discussões, avaliações, e formulando e aprovando linhas políticas e de trabalho; c) Coordenação Nacional, sendo estruturada por dois membros de cada Estado os quais são eleitos no Encontro Nacional; d) Direção Nacional, os seus membros são variáveis e indicados pela Coordenação Nacional; e) Encontros Estaduais, acontece todos os anos com o objetivo de avaliar as linhas políticas; f) Coordenação Estadual, compostas por membros eleitos nos Encontros Estaduais; g) Direções Estaduais, compostas por uma quantidade de pessoas variáveis, sendo indicado pela Coordenação Estadual; h) Coordenação Regionais, compostas por membros eleitos nos encontros dos assentamentos; i) Coordenação de Assentamentos e Acampamentos, os membros são eleitos pelos assentados e acampados do movimento; j) Coordenação de Assentamentos e Acampamentos, compostos pelos militantes dos assentamentos e acampamentos do MST; e k) grupo de base, compostos por diversos grupos, a exemplo, de famílias ou jovens (MORISSAWA, 2001).

Outras atividades coletivas que os integrantes do MST utilizam como forma de resistência são as místicas, que são as criações de símbolos de representação de suas lutas, a exemplo da Encruzilhada Natalino, a bandeira do MST, são signos constituinte de mística do Movimento (MORISSAWA, 2001). A definição de mística do MST é elucidada por Prado e Júnior (2003):

As místicas são encontros celebrativos, através dos quais os assentados e acampados realizam algumas atividades ritualísticas que resgatam a memória de eventos históricos, seja do movimento como um todo, da sua relação com o Estado em que vivem e até mesmo com o Brasil. Além disso, as místicas também se inserem como conjuntos hierárquicos de valores interpretativos da realidade social e política dos participantes e das suas relações com os adversários políticos, com a terra e com o movimento ao qual pertencem (PRADO; JUNIOR, 2003, p. 2).

Os encontros do MST têm como metodologia várias etapas que se alternam desde discussões entre o coletivo, as místicas tendo como aspecto relevante a luta pelos direitos sociais e a utilização de símbolos (PRADO; JUNIOR, 2003) Morissawa (2001) descreve diversos símbolos: facão, foice, enxada, os pés descalços, o chapéu de palha do camponês, a panela no fogo, pinturas e entre outros.

Outro aspecto importante de salientar é ação dos meios de comunicação que por meio do poder de comunicação tem influenciado com o processo de criminalização do MST, construindo uma imagem de periculosidade. A mídia por sua vez tem construído mitos e estereótipos, regras e hábitos (DIMENSTEIN; LEITE; XIMENES, 2016; LINO, 2014). O autor supracitado apresenta a respectiva reflexão em relação ao MST e mídia:

O MST tem sofrido uma constante criminalização que comumente se inicia nos mecanismos informais de controle social, em especial na mídia e se estende às instâncias de controle social penal formal, quais sejam, consecutivamente:

Legislação, Policiamento, Ministério Público, Judiciário e Órgãos de Execução Penal. A justificativa para o mencionado está na manutenção da ordem, na ideologia da defesa social e principalmente no direito de se ter e manter os padrões latifundiários (LINO, 2014p. 276)

A maneira que o MST vem buscando para efetivar a democracia e o acesso a terra é um processo que rompe fronteiras construídas na história no que se refere as características desiguais, principalmente porque as instituições da sociedade, especificamente as políticas, negligenciam os desafios que se apresentaram como problema na sociedade (CRUZ; RAFAGNIN; VECHIA, 2018).

No que se refere ao MST e sua relação com outras ciências humanas, especificamente com a Psicologia Rural ou a Psicologia Libertação, Fernandes (2016), descreve que Psicologia Rural tem um diálogo significativo e importante, pois a sua construção junto ao movimento se configura na fomentação de estratégias de potencialização do MST e de movimentos sociais que tenham a mesma característica de luta.

Diante disso, vale ressaltar que a interação entre Psicologia Rural e movimentos sociais, a exemplo do MST tem se mostrado como de grande relevância, pois os atores do campo apresentam ações que corroboram com as práxis de Martin-Baró, a exemplo de disideologização do sistema social, resgate da memória histórica e de valorização das virtudes populares, pois a mesma relata que os povos tem que contar com o poder social como forma de legitimar sua voz, por isso a psicologia deve contribuir para o fortalecimento de todas as mediações coletivas, buscando representar e promover as necessidades das classes majoritárias (MARTIN-BARÓ, 1987).

O MST por sua vez se assemelha com a Psicologia em seu processo de conscientização em relação a desideologização da realidade, trabalhando o processo formação político, desenvolvimento nos sujeitos que adentram no movimento a capacidade de identificar a realidade histórica e atual de luta pela terra em solo brasileiro, tentando superar um modelo de produção capitalista (RODRIGUES, 2017).

3 | OS SEM TERRINHAS E SUA FORMAÇÃO COMO SEM TERRA

A infância Sem Terrinha é muito boa de se viver
No lugar onde moramos todos plantam pra colher
Os Sem Terrinha fazem luta, luta pra valer
Pois se a luta é difícil, é difícil de vencer
Numa roda de ciranda a gente canta com prazer
As cantigas de criança nos alegram pra valer
A lição que aprendemos vai além do ABC
A educação do campo é do MST

(Música: Infância Sem Terrinha — Composição:
Crianças do Assentamento Valdício Barbosa dos
Santos Braço do Rio, Conceição da Barra/ ES –
Caderno de Canções, 2014)

O MST em seu desenvolvimento tem várias ações políticas desde a retomada de terra, criações de setores, frente de massa e criação de espaços para as crianças, incentivando debates sobre as demandas e desafios apresentados no coletivo infantil do movimento. Diante disso, construíram as Cirandas Infantis e as escolas no acampamento e junto com isso a criação do Setor de Educação o qual foi importante na organização

e difusão trabalhos para o público infanto-juvenil, desenvolvendo a partir disso as mobilizações infantis (MATA, 2015). A autora também ressalta que a mobilização passou a ganhar formato maior com encontro dos Sem Terrinhas em âmbitos regionais, estaduais e nacionais, tendo como instrumentos de mobilização concurso culturais de redações, poesias, brincadeiras, desenhos e discussões.

As crianças camponesas têm a pobreza como um determinante da sociedade e como consequência na maioria das vezes não têm as brincadeiras em sua infância, as quais são sujeitas ao trabalho; diante disso, ser criança com possibilidade de brincar e participar de brincadeiras nos movimentos é uma descoberta fantástica tanto para as crianças, quanto para os seus pais. O Setor de Educação do MST faz uso das estratégias contando história de homens e mulheres que fazem parte do seu processo de luta, utilizando jornais, revistas, cartilhas (BARROS, 2013). Vale ressaltar, a partir da mesma autora que são vastas as publicações sobre o MST, para tanto, são poucas as que fazem reflexões do MST em relação a história social, menor o número de pesquisas que tem como objeto as crianças Sem terrinha.

Os Sem terrinha são crianças que fazem parte da classe trabalhadora tendo a liberdade de organizativa para desenvolver espaços de reflexão e brincadeiras; o MST tem se esforçado para que as crianças participem das atividades coletivas, criando assim, espaços infantis, podendo ser no acampamento, assentamento ou escola, objetivando produzir a organização das crianças nos espaços de reuniões, assembleias e mobilizações. Esse processo tem como fundo político a formação de identidade e consciência política, abrangendo a própria criança, o mundo e a própria infância (MATA, 2015). Caldart (2012, p. 389) descreve que “a grande potencialidade educativa da participação das crianças no Movimento está na densidade maior que permite a sua vivência da infância, exatamente porque mais parecida com a totalidade das dimensões que constituem a vida humana”.

No que tange as demandas relacionadas a mobilização das crianças sem terra do MST, perpassa sobre as questões de identificar uma demanda, tomada de consciência, conscientizar o coletivo sobre a demanda existente, planejar os passos da ação, realizar ação e feedback da ação em que exige do coletivo um processo de aprendizado, que somente a vivência da realidade é capaz de ensinar (MST, 1999). Este possibilita para as crianças uma formação ampla, respeitando seu desenvolvimento e período de vida; o Sem terrinha passa a compreender seu lugar na história da sociedade, o processo de luta, o significado e o motivo de morar em barraco de lona ou em um assentamento, construindo dessa forma a valorização da história e memória do MST (BARCELLOS; TORRES, 2019).

A escola implantada no acampamento e no assentamento tem como função metodológica criar espaços de inclusão social e política, ampliando o conceito de escola, pois o MST tem a educação como um processo de formação humana que forma as pessoas pra um novo modelo de sociedade, assumindo um compromisso com a sociedade (MST, 2015). Ademais, foram sendo criados ao longo da história do movimento espaços para crianças, atendendo desde brincadeiras, como também espaços de aprendizagem, em que vale salientar que os Sem Terrinhas aprendem sobre os direitos básicos da criança, lei de terra, moradia, proteção, educação, saúde, tendo como base o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, desenvolvendo a formação de conquistar a terra e permanecer na terra com condições de trabalho dignas (BARROS, 2013).

A questão dos direitos é constantemente ensinada para as crianças, porque o MST é um Movimento que luta pelos direitos humanos, incluindo todas as idades. É orientação do Movimento que todas as crianças Sem Terra tenham conhecimento de seus direitos, de modo que construam uma consciência de cidadania. Os espaços dos Encontros Sem Terrinha, assim, se tornam legítimos para desenvolver essa consciência pelos direitos, como acontece no encontro realizado em 2001, em que o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) foi o principal documento estudado pelas crianças. (ARENHART, 2007, p.119).

As crianças do MST fazem parte do seu processo histórico e de luta, estabelecendo uma relação entre a criança e o coletivo desde o movimento e classe trabalhadora, sendo importante considerar que a criança faz parte da vida material do movimento, ela é parte constitutiva da construção do MST (MATA, 2015). A consolidação do projeto educativo e político do MST tem produzido uma subjetividade política dos Sem terra, possibilitando uma construção aberta de discussões e estudos de cunho reflexivo e político, sobre a significação da infância e suas práxis política no MST (BARBOSA; SALES, 2018). Ademais, as crianças do MST aprendem no processo de vivência, de luta e experiência, pois o movimento tem como proposta educacional levar as crianças a serem ator e protagonista de sua própria história, a partir da auto-organização, da participação e gestão democrática que perpassa a totalidade do processo, pois o movimento tem como política a coletividade, fomentando o pensamento dos sujeitos estarem de mãos dadas, com consciência de classe e pertencimento (BARCELLOS; TORRES, 2019).

A política do MST passa pelo processo de fomentar a importância de uma relação significativa entre as pessoas e a natureza, posicionando dessa forma contra o avanço do capitalismo do campo, concentração de terra; essa relação perpassa pela produção de alimentos orgânicos, agroecológicos e agroflorestas. Outro processo de luta do movimento é implantação de escolas no campo, especificamente nos assentamentos ou próximos a ele, garantindo o acesso e permanência dos Sem Terrinhas nas escolas, escolas com espaços melhores, qualidade na infraestrutura, alimentação saudável e com aplicação do projeto pedagógico do MST (MARINHO, 2018).

A partir do exposto, a construção metodológica teórica e prática do MST, adaptou referencial pedagógico de teóricos educadores da Rússia, a exemplo de Pitrak, Makarenko, krupiskaya e Shulguin; a Educação Popular, tendo principal autor o educador brasileiro Paulo Freire, que se preocupou com a educação do Brasil, escrevendo a obra da Pedagogia do Oprimido; e a própria pedagogia do MST, em que refletiu sua educação no seu território, por meio da coletividade e das atividades realizadas na luta social (RAMOS; AQUINO, 2019).

A partir do exposto acima seguem reflexões históricas dos Sem terrinha, tendo como base o caderno de educação número 14, intitulado como “Educação no MST Memória”, dispondo de momentos importantes entre o período de 1987 a 2015, apontando por meio do caderno fatos e reflexões referente aos/as Sem terrinhas do MST. Logo após, será explorada a terminologia Sem terrinhas e a formação das crianças nos territórios de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária.

O primeiro seminário nacional de educação em assentamentos aconteceu entre os dias 27 a 30 de julho de 1987 na cidade de São Mateus/ES. Neste encontro teve a

participação de quatro Estados, sendo esses Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, tendo como objetivo a socialização das experiências referentes a educação em cada estado para posteriormente se pensar em uma educação, em proposta de educação para os acampamentos e assentamentos, procurando assim chegar a uma linguagem coesa, levantando-se a partir disso uma reflexão sobre a Educação Popular, com o objetivo de transformação da realidade social, por meio da experiência, reflexão, consciência de classe e protagonismo social (MST, 2017).

Na cidade de Porto Alegre, Rio Grande Sul, aconteceu entre os dias 11 e 12 de outubro de 1994 o “Manifesto do 1º Congresso Infantil do MST”, onde crianças de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária discutiram o tema “a criança e seu espaço na sociedade”, chegando a reflexão de que os espaços da criança perpassam todos os contextos, sendo esses da família, escola, comunidade e sociedade, tendo como temas centrais os direitos das crianças por meio do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, levando a frase “com a luta infantil, mudaremos o Brasil” (MST, 2017).

A Escola Nacional Florestan Fernandes Guararema/SP nos dias 9 a 11 de maio de 2007, realizou o Seminário Nacional: o lugar da infância no MST. Este seminário da infância surgiu após a marcha nacional no ano 2005, em que produziu a reflexão dos marcos históricos das crianças, sendo esses o primeiro Enea no ano de 1997, constituindo-se como um espaço de apresentação pública das experiências formativas e educacionais do MST, com um espaço de reivindicações e luta pelo acesso e garantia ao direito de estudar no campo e com condições de qualidade, expondo uma proposta educacional desde suas especificidades, diversidade e projeto que atendam as demandas dessas crianças; tendo assim, a primeira ciranda infantil com a participação de 80 crianças; IV Congresso – 2000, com 380 crianças nas cirandas; e própria marcha do ano de 2005 com a participação de 200 crianças nas cirandas. Para tanto, no ano de 2014 acontece o II Seminário Nacional da Infância Sem Terra na Escola Nacional Florestan Fernandes, este que teve como objetivo refletir sobre as crianças Sem Terra e o seu protagonismo no MST, etc. Ademais, foram trabalhados no encontro quatro tópicos: contexto histórico: a criança no desenvolvimento do sistema capitalista e Brasil; o lugar da infância Sem Terra: breve histórico; a infância Sem Terra: matrizes formativas; e desafios e o que fazer (MST, 2007). Vale ressaltar que o nome Sem terrinha ganha legitimidade no ano de 1997:

Os encontros estaduais de Sem Terrinha, até 1996, levavam o nome de Congresso Infante-Juvenil, mas no primeiro Congresso Infantil Estadual de São Paulo, com o lema “Reforma Agrária uma luta de todos e dos Sem Terrinha também”, e depois do “manifesto dos Sem Terrinha ao povo Brasileiro”, as crianças passaram assumir o nome Sem Terrinha. A partir do ano de 1997, em todo Brasil, os encontros regionais e estaduais passaram se chamar Encontro e Jornada dos Sem Terrinha. (SILVA; FELIPE; RAMOS, 2012, p. 420).

As crianças dos acampamentos e assentamentos do MST estão de forma direta vinculadas a sua população e comunidade, passando, por sua vez a ter o direito de conhecer todos os processos organizativos do movimento e, com isso, poder contribuir. O MST tem construído ao longo do tempo, a possibilidade de a sociedade entender, a sua cultura e história, nas quais as crianças tem importância significativa nesse processo, pois considera-se que elas são integradas/incluídas a frente de massa de luta pela terra,

necessitando de uma educação que é voltada para a cultura do campo, práxis que vem sendo negada para esse público, que pelo devido fato de serem testemunhas dessa história, têm em suas marcas a cultura dessa luta (MORAES, 2010).

As crianças dos acampamentos e também as dos assentamentos, chamadas de sem-terrinha, são cidadãs. Além de participar do esforço educacional do MST, frequentando as escolas dos assentamentos ou dos municípios onde vivem, elas estão presentes nas lutas, em passeatas organizadas nas grandes cidades, chamando a atenção das autoridades para a causa, ou em eventos de entrega de reivindicações nas diversas instâncias governamentais ligadas a questão da terra, créditos, educação e infra-estrutura (MORISSAWA, 2001, p, 214).

Os Sem Terrinhas fazem parte da história de luta dos acampamentos, como também após conquista da terra, se tornando assentamento, passam a apresentar as suas demandas de formar reivindicatória, principalmente no que tange ao campo da educação e formação específica voltada para o campo (BARROS, 2013).

O VI Congresso Nacional, levanta a ênfase da Reforma Agrária Popular no que se refere a Educação do Campo, apresentando assim uma educação que oferece diversidades de conhecimento, valorização da cultura, formação e participação política, alimentação saudável de cunho agroecológica e valores humanísticos e socialistas. Vale salientar que no encontro do “MST Educação 30 anos: balanço projetivo” no ano de 2014, foram trabalhadas questões sobre a universalização do acesso à escola pública de qualidade; formação política-pedagógicas das crianças em acampamento e assentamentos (MST, 2017).

O Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em sua política pedagogia dialoga com Moisey Pistrak (2018) quando dispõe sobre uma reflexão do movimento das crianças, em que sua organização se constitui do conteúdo do trabalho, sendo esses manifestados por meio de brincadeiras, quadros, reuniões leituras e entre outros (MST, 2017; PISTRAK, 2018).

O MST tem uma proposta educacional com finalidade de uma educação de proporção emancipatória e humana, dentre essas, se ressalta a Ciranda Infantil, que oferece uma proposta pedagógica diferente, de educação não formal, sendo realizada por cooperativas, instituições de formação e, principalmente pelo MST, contribuindo, assim, com a formação do Sem Terrinha, que tem o objetivo de educação voltada para luta do campo, sendo antagônica a educação urbanizada, posta pela sistema capitalista (ROSSETTO, 2016).

As atividades pedagógicas mediadas com as crianças são principiadas nas práticas de coletividade, dentro da realidade do acampamento ou assentamento, fazendo com que as crianças tenham a condição de viver coletivamente, valorizando as suas inter-relações e lutando pela terra (MORAES, 2010).

Os trabalhos realizados com os Sem Terrinhas, estão dentro de uma conjuntura de formação humana, a partir de suas necessidades específicas, na qual um dos objetivos do MST é formar indivíduos emancipados, sujeitos protagonistas da própria história, com capacidade de lutar pela própria transformação e transformação social. A partir disso vale ressaltar:

Esta concepção coloca a educação no plano da formação humana e não apenas da instrução ou mesmo do acesso ao conjunto da produção cultural. Pois a pedagogia do Movimento coloca as matrizes pedagógicas em movimento ao tratar essa formação como um processo educativo, reafirma uma concepção de formação humana, que não é hegemônica na história do pensamento ou das teorias sobre educação (e que não está também na base de constituição da instituição escola): trata-se de uma concepção de base histórico-materialista-dialética para a qual é preciso considerar centralmente as condições de existência social em que cada ser humano se forma: a produção da existência e a produção ou formação do ser humano são inseparáveis (CALDART, 2000, p. 98).

As intervenções pedagógicas, voltadas a Ciranda Infantil, estão voltadas as brincadeiras, a organicidade do movimento (formação), educação popular que dentro dessa se destaca: funcionalidade dos Sem Terrinhas; participação dos Sem Terrinhas na comunidade e nas lutas e entre outros (ROSSETTO, 2016).

O MST dispõe para as crianças dois tipos de Ciranda, sendo essas: as fixas, realizadas nos acampamentos e assentamentos com a praticidade de atividades diárias e formação política e as itinerantes, que acontece na realização dos eventos, congressos e encontros do movimento. Para tanto, o processo de consciência e significação da infância das crianças sem-terra perpassa pela participação, pelas relações democráticas, auto-organização das crianças e da luta pela terra, luta por reforma agrária, luta pelos direitos, qualidade de vida e equidade social (BARCELLOS; TORRES, 2019).

A identidade de Sem Terra ultrapassa a luta pela terra, essa identidade foi construída historicamente, primeiro como estereótipo de denotação negativa de condição social, na qual aos poucos foi sendo superada pela militância de luta pela terra, tendo como consequência a identidade de Sem Terra: o Sem Terra, passou a ter orgulho da sua comunidade e cultura, passando a trabalhar de forma mais efetiva com as crianças, hoje conhecidas como Sem Terrinhas, sem distinção de gênero, formando assim, um sujeito social, com nome próprio, cultura própria e valorização da população camponesa MST (CALDART, 2001).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (2007) destaca que as práticas pedagógicas, tem a finalidade de operar em todas as demandas que concernem ser de uma criança Sem Terrinha, a exemplo: trabalhar os aspectos de vida e relação com a terra, os valores, criatividade, a relação de gênero, a criticidade e a emancipação. Nisto, a Ciranda Infantil tem grande importância nos aspectos de educação, na qual constroem nas crianças o seu lugar na organização do MST. Vale ressaltar, que o ensino-aprendizagem é amplo, passando a ser diferente para cada pessoa nesse sistema de sociedade capitalista. Nisto, vale refletir, com uma pergunta disparadora: quem define a metodologia de formação pedagógica e de quem é responsabilidade de mediação dessa formação? Já que a maioria dessas crianças estão inseridas em um contexto de escolaridade, na qual a sua formação de ensino metodológico é de uma cultura urbana.

O MST não tem somente o objetivo de luta pela terra, esse tem também uma grande preocupação com a formação educacional das crianças, que para o MST é uma escola no assentamento é considerado como uma grande conquista coletiva, pois a escola, por meio de uma educação campesina, possibilita a formação das crianças Sem Terrinhas; junto com o ensino aprendizagem da escola, perpassa a realidade cotidiana da luta, passa

pelas famílias, por meio das canções, histórias, místicas, leituras das cartilhas, que os Sem Terrinhas, passam a construir sua identidade social e política (BARROS, 2011).

Os Sem Terrinhas aprendem ao longo do seu processo político a ser sujeitos autônomos e auto-organizados, em que no mês de julho de ano de 2018 foi realizado o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, na cidade Brasília-DF, reunindo crianças de todo território brasileiro, discutindo as pautas relacionadas a infância no MST, lançando no encerramento o Manifesto das Crianças Sem Terrinhas, apresentando o seu sentimento e lutas por ser criança sem-terra. Marinho (2018) descreve a fala das crianças:

Somos filhos e filhas das famílias Sem Terra, moramos nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. Junto com nossos pais ocupamos terra para ter alimentos, casa para morar, lugar de brincar e ser feliz. Ajudamos nossa família com os trabalhos da roça e a cuidar dos animais. Gostamos de comer os alimentos que plantamos. Queremos alimentação saudável nas escolas do campo, com lanches de qualidade. Gostamos de morar e dormir na roça! Participamos das atividades, de lutas e reuniões e estudamos no campo. (MARINHO, 2018, s/n).

Assim, a história social de uma pessoa, não é limitada somente a uma vida biológica, que perpassa aos períodos de criança-adolescente-adulto, mas sim de um sujeito que tem história, cultura e, que principalmente, precisa viver de forma igual, com os diferentes e que os sujeitos diferentes em etnia, em território e cultura, o vejamos como igual (BARROS, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os pais que foram entrevistados mostraram preocupação em relação a valorização do território, principalmente sobre questões referentes as crianças, a exemplo de espaço de lazer e reativação da escola. Para tanto, três mães relataram que as crianças não tiveram uma formação sobre as questões referentes a terra e a política do MST, a exemplo: não compreenderem a política do MST em relação a agricultura familiar, desde plantação, manejo da terra e criações de animais. Mas, no tocante as questões referentes a política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; a importância das práticas agroecológicas, que perpassa desde o cuidado do solo, a relação entre as pessoas; a educação do campo, não apresentaram preocupações ou teor de conhecimento.

Outro momento foi o discurso das pessoas sobre a necessidade de ter energia no acampamento, pois já são oito anos que o coletivo mora no acampamento sem acesso à energia, prejudicando as famílias, pois raramente bebem água gelada, a carne que compram tem que ser utilizada no mesmo dia para não perder; queixaram-se também que a rede de energia está a cinquenta metros do acampamento, na margem da rodovia. Ademais, os moradores relataram sobre a política do MST, considerando que os/as militantes são unidos, lutam por seus direitos; pontuaram também a importância dos acampados trabalharem na terra como forma de valorização da mesma.

Os resultados desse trabalho perpassam pela entrevista com os pais das crianças participantes do estudo, perguntas realizadas para as crianças (por meio do grupo focal), na qual teve como objetivo levantar demandas para trabalhar nos encontros a posteriori e, Ação Política realizada pelos participantes da pesquisa, especificamente a participação dos Sem Terras juntamente com o pesquisador.

Participantes	Idade	Tempo de moradia	Nº de pessoas da família	Escolaridade	Atividade	Benefício
E1	20 anos	3 anos	10 pessoas	Ensino Médio Completo	Diarista	Bolsa família
E2	78 anos	8 anos	5 pessoas	Não alfabetizado	Agricultura familiar e	Aposentadoria
E3	65 anos	8 anos	3 pessoas	Não alfabetizado	Agricultura familiar e	Aposentadoria
E4	28 anos	6 anos	10 pessoas	Ensino Fundamental Completo	Diarista	Bolsa família

Tabela 1. Refere-se a descrições dos resultados referente à idade, tempo de moradia, número de pessoas da família, escolaridade e renda familiar.

Os dados sócio demográficos e econômicos dispõem o resultado de quatro participantes, sendo três do sexo feminino, com a idade de 20, 28 e 78 anos e um do sexo masculino com idade de 65 anos. Os/as participante no que se referem a escolaridade, uma

tem ensino médio completo, outra tem ensino fundamental completo, dois participantes não são alfabetizados; sobre a quantidade de pessoas que moram na residência do/a participante, duas participantes tem o número de 10 pessoas em casa, um participante tem três pessoas, e outra participante com cinco pessoas; no que tange a atividade da família e benefício do governo, duas participantes atuam profissionalmente como diaristas e recebem bolsa família como auxílio de renda, os outros dois trabalham na agricultura familiar e recebem aposentadoria. Para tanto, o tipo de transporte que os/as participantes utilizam são bicicletas, e os ônibus que passam a margem da rodovia; dois participantes têm oito anos que moram no acampamento, uma participante tem seis anos e outra três anos.

Os pais apontaram em predominância a relação da valorização da terra com as atividades de lazer para as crianças e a ativação da escola que no momento se encontra abandonada, ou seja, uma escola no acampamento que os filhos não necessitariam se deslocar para o contexto urbano:

A valorização da terra com as crianças é, porque sempre tem a falta de um divertimento no lugar para as crianças, quando você precisa de um carro né, saiu daqui vai se diverte ali, a gente pode pedir para voltar para trás, não são todos os lugares que as crianças podem estar e, eu vou te dizer tem muita coisa boa, que se entrasse. Menino se Deus me ajudasse que entrasse uma beleza de escola aqui dentro, para eu puder ver meu filho estudar aí, que eu não possa olhar, porque ele estar no olho dos outros, obrigando eu estar justificando o que estar passando, isso aí é o que eu vou lhe dizer, se a gente for ficar contando o que precisar aqui dentro. (E4).

Outro ponto abordado com os pais foi sobre o conhecimento dessas crianças referentes a terra. As três mães relataram que os seus filhos/as não têm conhecimento da luta pela terra: *“as crianças não tem nenhum conhecimento da terra e nem da luta do MST”* (E4). Somente o participante do sexo masculino relatou que seu filho tem conhecimento da terra, relatando (E3): *“uns têm, outros não, principalmente as crianças mais novas, mas eu acho que as crianças têm conhecimento”*. Além disso, as/os entrevistadas/os descrevem as principais dificuldades enfrentadas durante os 8 anos de acampamento no Oeste Baiano:

A dificuldade enfrentada aqui são tantas. Ah, são tantas que se eu contar, você chora, se você não chorar vai sorrir, só dificuldade. A gente então chega na terra com abundância: terra, chuva, e a gente não poder plantar nela, porque não temos como plantar e nem colher e se a gente tivesse as condições aqui, seja com dificuldade, porque a dificuldade para gente é muita, mas chega no tempo de plantar e a gente fica olhando sem poder fazer nada; não tem um trator para arar a terra e quando vem arar já tá passada do tempo (E4).

A dificuldade maior aqui dentro é que todos têm vontade de trabalhar, todos têm vontade de avançar e se avançasse o povo até vinha até nós por causa de nossas condições melhores, mas quando plantam é tarde meu irmão; o que falta para nós é o recurso, se tivesse nós aqui estava sorrindo (E2).

As mães e o pai entrevistados em unanimidade relataram a falta de energia no acampamento como uma dificuldade, ou seja, um acampamento na qual a rede de energia

está a cinquenta metros a margens da rodovia, mas não chegam até os moradores: *“a gente mora em frente a BR e não temos energia, fica difícil pra gente aqui, não tem água gelada, o celular sem bateria, fica parecendo para as pessoas que passam na BR que somos criminosos”* (E4).

Outro momento da entrevista que levantou reflexões referentes a relação entre acampados/as sobre questões de valorização a cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, voltando-se ao público das crianças acampadas; mais uma vez surge nas falas a necessidade de implantação da escola no território, como também foi salientado pelos/as participantes da pesquisa que essa preocupação é de tamanho/responsabilidade maior do MST e, não dos acampados, acreditando que o MST deveria ter uma postura mais atuante sobre essa causa:

A educação e a escola seria interesse eles seguir um pouco de pressa para ter a própria escola aqui, como tinha, porque é muita dificuldade, é um aluno perdendo o carro, o aluno não dizer, hoje não tem aula. Por que? O ônibus quebrou. Como se dá muito com o meu. Antes tinha professora e escola, agora tem um negócio derrubado que nem sei se pode ser chamado de escola (E2).

Moço, aí depende de muitas coisas né, acho que a gente não faz muita coisa para a valorizar o MST, porque a gente tá é esperando por ele né, adianta as coisa de lá pra gente aqui, que a gente mesmo não pode fazer nada para poder valorizar esse pedacinho de terra aqui (E3).

Ao ser abordado a cultura camponesa os/as entrevistados/as apresentaram três pontos relevantes: a) uma cultura voltada ao MST, sendo descrita como um povo unido, de luta, na qual as suas práticas de militância e resistência ao longo de oito anos de acampamento é considerado como cultura camponesa, ou seja, um povo organizado e batalhador; b) o segundo ponto é relacionar a cultura camponesa com a necessidade do território, sendo essa a urgência de energia no acampamento: *“pra seguir melhor para nós, por tudo por tudo, era organizar as coisas para poder animar, a gente animar, seguir a frente, e o melhor de tudo aqui era a energia”* (E4); e c) a valorização camponesa relacionada ao trabalho na terra conquistada, que os camponeses/as valorizem a terra por meio do trabalho, da produção: *“cada qual dá o seu valor ao seu pedaço de terra, trabalhar, né.”* (E3).

A partir da fala das entrevistadas se analisa que o movimento do processo de consciência social de uma comunidade ou sociedade é compreendido pela manifestação da comunidade no que tange a depender, não depender, ou procurar a autonomia, a coletividade, saindo assim dos processos de profundidade da herança colonial. Ressaltar-se que no território brasileiro e latino americano essas etapas se perpassam da seguinte maneira: comunidade fechada; comunidade em transição; e comunidade aberta (FREIRE, 1984).

A sociedade ou comunidade de característica fechada apresenta a alienação cultural, dependência, dicotomia entre elite e povos, diferenças territoriais de elite e povos, povo com dificuldade de conhecer os seus direitos, sem diálogo, predominância de individualismo, alarmante de índices de analfabetismo e a prioridade é na sobrevivência (FREIRE, 1984). O

poder excessivo é marca desse período, sendo associado historicamente como submissão, ou seja, ajustamento social, acomodação dos povos, sem integração social. O povo não dialoga, não participa das atividades de sua comunidade (GÓIS, 2005).

A sociedade em transição é aquela que apresenta as discussões entre os processos antigos e novos, de avanços e retrocessos de uma sociedade, principalmente de aspectos oriundos de forças políticas governamentais, acarretando novas atitudes sociais. Para tanto a sociedade abeta, as relações são horizontais com a elite, relacionado com os povos, pensamento e discurso crítico; uma sociedade de diálogo e comunicação, povo e comunidade sendo atores e protagonistas de seu processo histórico, tornando-se ator/ sujeito e não objeto (FREIRE, 1968).

Dessa forma, o discurso dos acampados se perpassa em análise ao tópico de sociedade transitiva, em que a dificuldade de conceituar o MST, o campo, a agroecologia não limitou a camponês e camponesa, de apresentar suas indagações e reflexões sobre o seu território e realidade. O ponto de análise é o discurso de resistência, mesmo morando em barraco de lona, sem energia, o coletivo continua morando no acampamento.

O primeiro contato dos/as pesquisadores/as com as crianças Sem Terrinhas foi no dia 29 de junho de 2019, correspondendo metodologicamente a segunda etapa da pesquisa, dispondo neste encontro quatro perguntas disparadoras: *“qual o significado do campo para você? Quais as atividades você já participou sobre as questões relativas a terra? Em que local? Você acha importante estudar sobre o campo/rural? E você gostaria de estudar em escola no acampamento? Por que?”*. Essas perguntas foram realizadas a partir de um grupo focal, por meio de um diálogo participativo com as crianças acampadas, tendo como pano de fundo a Psicologia Social Comunitária.

As crianças relataram a importância de valorizar o campo, pois descreveram as terras do acampamento como boa para plantação, tendo muitos animais, lugar harmônico com muitas árvores, sendo considerado como um bom lugar para poder brincar. Uma das crianças no diálogo participativo fala: *“Assim, se fosse para dar um nome para esse assentamento, seria o assentamento do mel, porque tem muito pé de mel e caju”*.

Ao se dialogar sobre as atividades relativas a terra, em unanimidade as crianças relacionaram as atividades de capinar, varrer, plantação e criação de animais como atividades da terra/campo. Referente aos eventos do MST, em unanimidade nunca participaram. As crianças perguntaram sobre quais eventos o MST realiza. Logo após pergunta, o pesquisador fez uma breve apresentação do MST e do setor Sem Terrinhas. Para tanto, ao ser dialogado sobre estudar as questões referentes ao campo, os Sem terrinhas levantam a seguinte reflexão: *“Sim, muito importe, porque se a gente esquecer a agricultura fica sem comida para a cidade. Porque na roça gera muito trabalho e renda”*.

O grupo focal dialógico participativo teve a participação de crianças Sem Terrinhas. Assim, seguem as demandas levantadas pelas crianças: relataram não conhecer o projeto do Sem Terrinhas criado pelo MST; como a escola está abandonada, foram sugeridas atividades na qual valorize o devido espaço; estudos voltados a agricultura familiar e sobre a história do MST; a criação de uma quadra de vôlei; criação de uma horta comunitária agroecológica e a necessidade da escola ser reativada.

As perguntas disparadoras para levantamento das demandas oportunizaram o início

do grupo focal, esses que foram doze encontros realizados entre os dias seis de julho de 2019 e sete de dezembro de 2019, os encontros em sua maioria aconteceram entre 14h00min às 16h00min. Ademais, seguem duas tabelas para melhor descrição, dispondo de data de cada encontro; instrumento metodológico trabalhado em cada encontro; e as atividades realizadas nos mesmos.

Encontros	Data	Instrumentos/grupo focal	Atividade/objetivos
Primeiro	06 de julho	Diálogo	Perguntas sobre o MST e Sem Terrinhas.
Segundo	20 de julho	Balões, barbantes e diálogo	Fazer uma imagem do "MST"; fortalecimento de identidade do campo.
Terceiro	03 de agosto	Exposição de vídeos e diálogo	Construção e reflexão sobre a terminologia Sem terrinhas.
Quarto	17 de agosto	Momento de músicas e diálogo	Ouvir música e selecionar as que acharem interessante.
Quinto	31 de agosto	Criação de grito mística, grito de ordem e diálogo	Coletivamente criarem grito de ordem e refletirem sobre a mística.
Sexto	14 de setembro	Diálogo e criação de mística e grito de ordem	Apresentação de mística de forma coletiva e grito de ordem.
Sétimo	28 de setembro	Diálogo, cartolina e pinceis	Coletivamente as crianças escreveram o que construíram os encontros.

Tabela 2. Refere-se do primeiro ao sétimo encontro, data, instrumentos e atividades realizadas no grupo focal.

O primeiro encontro com as crianças do acampamento de Reforma Agrária aconteceu no dia 6 de julho do ano de 2019 com a duração de 2h00min; esse encontro contou com a participação de cinco crianças, com idades de cinco a onze anos, sendo três do sexo masculino e duas do sexo feminino. O local de escolha das atividades para a realização do grupo focal foi uma escola (no momento de pesquisa a escola se encontrava desativada) escolhido pela coordenação regional do MST junto com a liderança do acampamento. Nesse encontro foi utilizado como instrumento de coleta de dados o diálogo com as crianças e como atividade perguntas sobre o MST, escolas e Sem Terrinhas. Para o início das atividades os pesquisadores se apresentaram e posteriormente pediram as crianças para se apresentarem; sobre as perguntas referentes a escola e a educação do campo, as crianças se mostraram bastante insatisfeitas, mantendo o discurso descrito na entrevista de levantamento de demandas, ou seja, a necessidade da ativação dos estudos no acampamento, como um fator importante tanto para eles/as, como para os pais.

Entretanto, ao se perguntar sobre o setor de crianças do MST em unanimidade as crianças responderam que nunca ouviram falar e logo perguntaram aos pesquisadores o que seria Sem Terrinha; estes por sua vez dialogaram com as crianças falando sobre os Sem Terrinhas, mas posteriormente perguntaram as crianças sobre o MST, se conheciam o MST. Outra vez em unanimidade responderam que não, levando o/a pesquisador/a mais

uma vez a dialogar sobre a política do MST e questões referentes ao rural e ao campo. Mas ao se perguntar sobre a história do acampamento todas dialogaram, relatando sobre as primeiras pessoas a morarem no acampamento e o símbolo de importância daquele lugar. Assim, esse momento foi importante para formar vínculo com as crianças Sem Terrinhas, principalmente porque as mesmas se mostraram interessadas em saber sobre a história do momento, sobre os Sem terrinhas e que relação tem o MST com o acampamento.

O segundo encontro com as crianças Sem Terrinhas aconteceu no dia 20 de julho do ano de 2019 com duração de três horas e com participação de sete crianças, sendo quatro meninos e três meninas. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados balões, barbantes e o grupo focal por meio do diálogo; a atividade proposta para as crianças foi fazer a imagem do MST e Sem Terrinhas com os balões, objetivando trabalhar de forma lúdica a história do MST, pertencimento ao lugar da vivência de identidade do campo. No primeiro momento foi realizada uma roda de conversa que os pesquisares/as perguntaram sobre o MST e os Sem Terrinhas e deixou as crianças falarem o que pensavam e entendiam, duas crianças relataram que após o primeiro encontro perguntaram aos pais sobre o MST e os Sem Terrinhas. Os pais por sua vez, falaram sobre o MST, mas não conheciam o projeto Sem Terrinhas. Logo após, foi trabalhada a história de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; as crianças de forma unânime participaram do processo de fala com colocações e perguntas aos pesquisadores/as (APENDICE C). Uma criança relatou sofrer *bullying* na escola, com frases como, “você não tem casa; você mora no barraco de lona e entre outras”. As crianças convidaram os pesquisadores/as para conhecer os compartimentos da escola (desativada), em que foi possível constatar uma biblioteca composta com estantes, livros mesas e outras coisas em situação de abandono. As crianças demonstravam um sentimento de tristeza e indignação com a devida situação. Posteriormente, as crianças coletivamente encheram os balões e fizeram a imagem da palavra MST e Sem Terrinhas.

O terceiro encontro com as crianças acampadas aconteceu no dia três de agosto de 2019 com duração de três horas, tendo como participantes as sete crianças. O instrumento de coleta de dados foi a exposição de vídeos sobre o MST, Sem Terrinhas e a luta do campo e posteriormente o diálogo; foi trabalhado como atividade a construção e reflexão por meio do diálogo sobre a terminologia Sem Terrinha. Os pesquisadores/as escolheram três vídeos; o primeiro falava sobre a luta e política do MST com duração em média de 10 minutos; o segundo falando sobre o surgimento dos Sem terrinhas e quem são as crianças do MST com a duração em média de 15 minutos; e o terceiro falando do sujeito camponês e sua relação com a terra, tendo em média a duração de 10 minutos.

A princípio essa atividade teve como objetivo responder a demanda que as crianças levantaram sobre conhecer melhor a história do MST e os Sem terrinhas, por esse fato a maior parte das crianças prestou bastante atenção nos vídeos, principalmente no vídeo que mostrou quem são os Sem terrinhas; nesse momento as crianças se envolveram nas músicas que o vídeo apresentava. Logo depois, iniciou-se um momento diferente para os/as pesquisadores/as. Não precisou realizar perguntas direcionadas a proposta do encontro, as crianças iniciaram o diálogo fazendo perguntas com os pesquisadores/as: “o que é agroecologia? a gente vai ganhar uma camisa dos Sem terrinhas?”. O terceiro encontro se caracterizou como um momento que o pesquisador e as crianças assumiram uma posição

horizontal, em que as crianças passaram a dialogar e falar o que poderia ser realizado nos encontros. Assim, as crianças juntamente com os/as pesquisadores/as concordaram em realizar no quarto encontro um momento para assistirem vídeos e ouvirem músicas sobre os Sem Terrinhas.

Para tanto, o quarto momento aconteceu no dia 17 de agosto do ano de 2019 com durabilidade de três horas, tendo a participação de seis crianças. Os instrumentos utilizados foram dois vídeos com o tempo de dez minutos e várias músicas que falavam da relação MST, crianças e terra. Como atividade foi proposto: a) as crianças assistirem e ouvirem as músicas; b) selecionar as músicas que acharem mais interessantes. Essa prática inseriu novos elementos, ou seja, as crianças adotaram uma postura de brincar no espaço da escola ao tempo que as músicas iriam passando.

As crianças dialogaram sobre quais músicas acharam mais interessante e assim selecionaram; essas por sua vez participaram de forma entusiasmada, a ponto de assistirem os vídeos mais de uma vez. Outro momento foi a roda de conversa, na qual foi trabalhado o diálogo com os sem terrinhas; estes/as fizeram vários questionamentos sobre o encontro dos sem terrinhas no ano de 2018, na qual os mesmo não sabiam e não participaram; dialogaram sobre a escola e a necessidade de se valorizar as crianças do campo, levantando questões sobre o colégio que estão estudando, em que poderiam falar sobre as pessoas do campo; falaram também dos tipos de produção de plantio que as famílias plantam nas terras do acampamento. Nisto, as crianças passaram a falar que o alimento do campo é saudável, sem veneno (sem agrotóxico). Nesse encontro as crianças construíram de forma dialógica que na política de formação e atuação do MST tem a execução das terminologias de grito de ordem, a criação das místicas, aprendendo assim, o grito de ordem “se o campo não planta, a cidade não janta”. De forma coletiva e horizontal, pesquisadores e crianças decidiram para o próximo encontro criar uma mística e grito de ordem.

O quinto momento aconteceu no dia 17 de agosto de 2019 com a durabilidade de quatro horas. O encontro teve como instrumento de coleta de dados a criação do grito de ordem e criação de mística, buscando trabalhar a coletividade das crianças e o diálogo coletivo. Este foi realizado com muita alegria e harmonia entre os participantes da pesquisa. As crianças criaram uma mística falando da escola, principalmente dos Sem Terrinhas. Primeiro, o coletivo das crianças chegou à conclusão que o acampamento não tinha conhecimento do setor Sem Terrinha; segundo a escola foi desativada, mas não teve movimento de resistência para mantê-la, resultando no processo de muitas crianças do acampamento a terem que se mudar para a cidade para poder estudar; terceiro a mística tem a funcionalidade de apresentar a importância das crianças no território e o fortalecimento da identidade política do Movimento.

O resultado desse diálogo foi criação de uma mística e gritos de ordem a partir dos elementos citado acima. Nesse encontro se inseriu um novo elemento, os/as Sem Terrinhas passaram a chamar os pesquisadores/as de professores, demonstrando sentimento de afeto. Assim, os participantes da pesquisa combinaram de dar continuidade a essa atividade no próximo encontro.

O sexto momento aconteceu nos dias 14 de setembro com a durabilidade de três horas, tendo como atividade a apresentação da mística e grito de guerra. Esse encontro

ocorreu com 11 crianças. Neste encontro as crianças resolveram inverter a ordem dos encontros, começaram com o diálogo, voltando-se para os gritos de ordem criados e mística em construção; as crianças conseguiram alcançar os objetivos, criaram a mística e o grito de ordem. Para tanto, nesse dia de encontro estava sendo realizado no acampamento a produção de farinha, e as crianças tiveram a ideia de irem a casa de farinha para apresentar para as pessoas que estavam trabalhando, ou seja, apresentar os gritos de ordem e a mística.

Nesse momento se inicia a terceira parte do método de pesquisa, a ação política com os sujeitos, sendo os/as protagonistas de sua própria história. As/Os pesquisadores/as participaram da ação das crianças. Ressalta-se que de início as crianças ficaram com medo, mas quando apresentaram para os moradores do acampamento o que prepararam, ocorreu um momento diferente na casa de farinha: os pais, os/as acampados/as se emocionaram e dialogaram com as crianças relatando sobre os processos de luta do MST, da valorização do povo camponês. Assim, os pais, avós, acampados ficaram agradecidos e alegres com a ação política realizada pelas crianças.

O sétimo encontro aconteceu no 28 de setembro de 2019 com durabilidade de três horas com participação de sete crianças. O diálogo foi trabalhado por meio de cartolinas e pincéis; na atividade proposta os/as Sem Terrinhas coletivamente escreveram sobre o que aprenderam durante os encontros, realizando assim um *feedback*. Primeiro, foi exposto em uma caixa de som as músicas do Sem Terrinhas e um momento de conversação sobre os encontros que aconteceram, e o que o coletivo de crianças com as/os pesquisares/as dialogaram sobre os encontros subsequentes, ou seja, quais atividades iriam ser realizadas. As crianças mostraram bastante atenção a proposta e afetividade aos pesquisadores, fazendo após isso um diálogo sobre o processo histórico do MST, principalmente sobre a participação delas nas ações do acampamento, dando importância ao setor de massa Sem Terrinha.

Posteriormente, foram disponibilizadas duas cartolinas; uma das crianças assumiu a posição de escrever na cartolina o nome do MST, grito de guerra, música do Sem Terrinha; neste momento os pesquisadores/as fizeram uso de outra cartolina para em diálogo escrever os momentos que as crianças tinham citado como importante nos encontros. Para tanto, começaram a aparecer pessoas do acampamento no espaço de grupo focal, e as crianças além de responder as perguntas realizadas, explicaram para os pais e companheiros/as do acampamento o que tinham construído naquele espaço. Posteriormente, os pesquisadores/as perguntaram para as pessoas presentes, o que acharam daquele momento, e uma das mães relatou os pontos positivos da pesquisa na comunidade, justificando seu retorno ao acampamento como resultado da mesma (essa se emociona em momento), relatando que as/os pesquisadores/as poderiam, fazer outro tipo de pesquisa, mas escolheram valorizar poucas crianças; descrevendo que após os encontros as crianças falavam de valorizar a própria terra, o acampamento, etc.

Assim, em coletivo as crianças juntamente com as/os pesquisadores/as chegaram ao consenso de ensaiar os gritos de guerra, música e finalizar a mística, com o objetivo de apresentar a comunidade.

Encontros	Data	Instrumentos/grupo focal	Atividade
Oitavo	13 de outubro	Diálogo	Criação de Ação Política
Nono	26 de outubro	Diálogo e Vídeo	Reflexão sobre a agroecologia e criação de Ação Política
Decimo	16 de novembro	Diálogo	Finalização de criação de Ação Política
Décimo primeiro	30 de novembro	Diálogo, cartolinas, livros, músicas, etc.	Ensaio com os objetos criados para ação política
Décimo segundo	7 de dezembro	Protagonismo	Ação Política

Tabela 3. Refere-se do oitavo ao decimo segundo encontro, data, instrumentos e atividades realizadas no grupo focal.

O oitavo encontro aconteceu nos dias 13 de outubro com a durabilidade de duas horas, com participação de sete crianças. O instrumento utilizado foi o diálogo; a atividade proposta foi pensar e dialogar sobre uma ação política no acampamento. As crianças logo pensaram em algo que reunisse toda a comunidade de forma que viesse criar uma visibilidade dos Sem Terrinhas para as lideranças do MST. Para o próximo encontro ficou acertado entre as crianças de todas criarem um grito de ordem.

O nono momento aconteceu nos dias 26 de outubro de 2019 com durabilidade de três horas, todas as crianças estiveram presentes. O instrumento de coleta de dados foi o diálogo e exposição de vídeos. A proposta de atividade objetivou trabalhar a reflexão sobre a agroecologia e discutirem sobre a criação da ação política.

No dia 16 de novembro aconteceu o décimo encontro entre as 14h00min as 17h00min. O instrumento de coleta de dados foi o diálogo; a atividade foi a finalização da ação política. As/Os pesquisadores/as colocaram várias palavras na mesa, sendo essas: escola; educação; agronegócio; agroecologia; e MST, para, posteriormente em grupo, escolherem um tema para dialogar. As crianças escolheram o agronegócio e perguntaram o que seria agronegócio. As/os pesquisadores/as dialogaram com as crianças sobre essa temática fazendo comparações entre agronegócio e agroecologia. Outro momento foi a finalização da ação política, que foi criada pelas crianças com auxílio dos/das pesquisadores/as. Segue metodologia de encontro: a) entrada das crianças com os cartazes confeccionados junto com a música canção da terra; b) poema; c) música dos Sem Terrinhas; e d) apresentação da mística.

O décimo primeiro momento aconteceu no dia 30 de novembro com durabilidade de duas horas, com participação de sete crianças. Com o uso de cartolinas, cartolinas, livros, músicas, dialogo, etc., a atividade foi as crianças ensaiarem com os objetos criados para ação política.

Na manhã do dia 8 de dezembro de 2019 foi realizada a ação política dos Sem Terrinhas em sua comunidade. Vale ressaltar que esse encontro teve a participação de todo acampamento, liderança regional do MST e liderança do acampamento.

O presente encontro se dividiu da respectiva forma: uma mesa de conversação com

a presença de representantes do MST, sendo aberta a todas as pessoas a oportunidade de participação de fala; momento das crianças; e diálogo da comunidade sobre as demandas e ações que poderão ser realizadas como forma de potência de ação, emancipação social e garantia de direitos. A princípio, a comunidade se mostrou preocupada em oferecer um bom evento e espaço para esse momento de atividade, até porque foi ressaltado pela população que esse era o primeiro evento que reuniu todos da comunidade e o primeiro evento em que se realizou um almoço coletivo em oito anos de acampamento, sendo compreendido o momento como muito importante. Para tanto, a representante do acampamento realizou a fala de abertura enfatizando o que sentiu nas atividades e apontando os pontos que achou relevante nas ações da pesquisa; posteriormente outro companheiro do MST realizou uma reflexão do processo histórico da luta pela terra e a opressão que os sem terra têm enfrentado na atualidade; posteriormente as/os pesquisadoras/as fizeram uma fala sobre os objetivos da pesquisa, os desafios, justificando o motivo de escolha do acampamento de Reforma Agrária como campo de pesquisa, depois relataram como foi a vivência de seis meses no acampamento.

O segundo momento foi realizado com as crianças Sem Terrinhas. As crianças se mostraram muito empolgadas para esse momento, certificando que fazem parte do processo de luta pela terra, até porque o momento não se caracterizava somente como uma apresentação, mas um momento de diálogo e visibilidade dessas crianças, nas quais se encontravam apagadas, principalmente nas questões relativas a educação do campo e processo de formação política do MST. As crianças fizeram um diálogo com os devidos instrumentos lúdicos: cartazes, música em caixa de som; música dos Sem Terrinhas e mística.

O momento das crianças teve duração de 30 minutos. A comunidade prestava bastante atenção a cada elemento apresentado; as crianças atuaram como se fosse uma brincadeira, sem peso de responsabilidade, mas como sujeitos pertencentes a terra, ao campo. Ademais, o terceiro momento foi a realização de uma roda de conversa com as pessoas participantes desse momento. Vale ressaltar que essas crianças foram as protagonistas de todo o processo organizativo, desde o momento de levantamento de demandas, temas para os encontros e criação metodológicas para a ação política.

Paulo Freire (1994) apresenta o conceito *teórico de leitura do mundo*, que permite compreender os elementos da fala dos/as participantes da pesquisa. A leitura do mundo é a compreensão que o morador tem da sua realidade, na qual essas pessoas têm a capacidade de explicar e expressar sobre a sua realidade. Ou seja, é a compressão das atividades que aconteceram e acontecem na comunidade, de questões sociais, tecnológicas e de sua vida. Os trechos supracitados são as apresentações de leitura de mundo dos moradores do acampamento.

As crianças Sem Terrinhas apontaram em seu discurso elementos linguísticos semelhantes ao dos adultos acampados; valorização do campo, descrevendo as terras como boas para o uso de plantação e criação de animais; destacaram as atividades de capina, limpeza e união da comunidade. Para tanto, nos primeiros encontros com as crianças, a linguagem se relaciona ao de sociedade fechada, crianças alienadas e submissas por uma sociedade e sistema social urbanizado, com pouca leitura de mundo. As crianças, nos primeiros encontros não conseguiam dialogar sobre questões de sua própria realidade

territorial; não sabiam nada sobre o encontro dos Sem Terrinhas, não conheciam o trabalho político pedagógico e educação do MST.

Ao longo das atividades e apresentação de elementos de texto, imagem, música, coletividade e diálogo, o discurso dos/as Sem Terrinhas foi mudando de uma sociedade fechada para transitiva (FREIRE, 1968), que a sociedade a partir de Freire passa a questionar o modelo social velho com o novo. Vale ressaltar, que a partir do sétimo encontro as crianças assumem a postura de sujeitos da pesquisa, protagonizando as atividades que passam a expressar característica de uma sociedade aberta, tendo a capacidade de dialogar e expressar sobre a sua realidade, educação, MST, Sem Terrinhas, entre outros fatores (FREIRE, 1994).

Portanto, entre o oitavo e décimo primeiro encontro as crianças apresentaram um discurso e comportamento de autonomia, apresentando as dimensões instrumentais, dialógicas e comunicativas, demonstrando que a atividade em determinadas ações necessitasse da relação, principalmente das crianças e da comunidade. Isso que Leontiev (1978, p. 175) aponta:

[...] o trabalho humano [...] é uma actividade (sic) originariamente social, assente na cooperação entre indivíduos que supõe uma divisão técnica, embrionária que seja, das funções do trabalho; assim, o trabalho é uma acção (sic) sobre a natureza, ligando entre si os participantes, mediatizando a sua comunicação.

Os aspectos teóricos de Leontiev acarretam a teoria de atividade comunitária de Góis (2005). A citação a seguir explicita a mudança do discurso dos Sem Terrinhas a partir do oitavo encontro:

A atividade prática e coletiva realizada por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado (sentido coletivo) e sentido (significado pessoal) que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores da comunidade. Ela é uma rede de interações sociais, instrumental e comunicativa, direcionada para a autonomia do morador e da própria comunidade, na perspectiva do fortalecimento de uma identidade social [...] de comunitário, do desenvolvimento da consciência social e pessoal, e da construção da responsabilidade comunitária (GÓIS, 2005, p. 89).

Os Sem Terrinhas ao longo dos encontros tomaram posse da realidade do acampamento, passando a desenvolver uma consciência crítica, principalmente, porque os Sem Terrinhas a partir do oitavo encontro adotaram uma postura de diálogos mais reflexivos, criando metodologias de ação política para o acampamento, entendendo que a valorização da terra e do acampamento tem que começar com as crianças. A consciência crítica é definida por Paulo Freire: “Tomar posse da realidade é o olhar mais crítico possível da realidade, que a des-vela, para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 1980, p.29).

A consciência é o produto de várias relações que as pessoas têm com o mundo ao longo de sua vida, oportunizando aos indivíduos determinar e explicar sua vivência com o mundo e de si mesmo (VIEIRA; XIMENES, 2008). Leontiev (1982) relata que o processo

de consciência é a interiorização das atividades realizadas na comunidade e inserir instrumentos/produtos; além disso, a construção da consciência perpassa duas etapas. A interiorização por meio de uma atividade metodologia crítica/reflexiva, sendo relacionado a uma atividade socialmente coletiva desenvolvida:

Aqui, el proceso de interiorización consiste no en el hecho que la actividad externa se introduzca en un ´plano de conciencia` interna que la precede; la interiorización es un proceso en el cual precisamente se forma este plano interno (LEONTIV, 1982, p.98).

Para tanto, se entende a partir da análise de Leontiev (1978) que se as crianças Sem Terrinhas desenvolveram uma consciência social, desenvolveram também uma consciência individual. Esse processo de atividade coletiva, por meio dos instrumentos trabalhados com as crianças nos grupos focais foi de fundamental importância para o processo de construção da formação indentitária dos Sem terrinhas.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou por meio da Teoria da Psicologia Comunitária e Investigação Ação Participante, relacionar com os conceitos analíticos de tipo de consciência, leitura de mundo, atividade comunitária, utilizando a análise do discurso para responder os objetivos da pesquisa, que se acredita que foram atendidos, e vivenciar a realidade de crianças de um acampamento de reforma agrária do MST localizado no Oeste da Bahia.

O acolhimento da representante do MST e da comunidade foi de fundamental importância para o surgimento da demanda e realização da pesquisa; outro ponto a se destacar foi a disponibilização e boa vontade dos Sem Terrinhas em participar dos encontros. O acampamento, camponeses e camponesas do MST e todo território de agricultura familiar e os Sem Terrinhas são os/as protagonistas dessa pesquisa. Foram seis meses e doze encontros com participação desse movimento teórico e prático que a Psicologia Comunitária oportuniza as/os pesquisadores/as a vivenciar de forma horizontal, colocando todos/as na mesma posição.

O processo da aplicabilidade do método científico da PC permitiu aos pesquisadores/as acompanharem o processo de mudança de discurso das pessoas da comunidade, desde o conceito de Freire de sociedade fechada a sociedade aberta até a consciência crítica. Assim, espera-se que o devido trabalho venha a contribuir tanto para a psicologia, bem como para a psicologia comunitária, como também para as outras ciências, órgãos e profissionais de diversas áreas que ainda acreditam em um trabalho horizontal, ético, em que os sujeitos comunitários, da fala são os protagonistas de todo o processo de pesquisa ou intervenção.

Vale salientar que o saber teórico da psicologia tem grande importância na contribuição de pesquisas relacionadas a população rural/camponesa, como também para os movimentos sociais, a exemplo do MST, destacando os estudos como de identidade social, reforma agrária, formação política, agroecologia, entre outros. Assim, espera-se que esse estudo contribua de forma significativa para fomentação de um pensamento crítico, não alienante e pesquisas com metodologias semelhantes, e que venha visibilizar um rural tão esquecido.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, T. F. (Orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2005.
- ARENHART, D. **Infância, educação e MST quando as crianças ocupam a cena**. Argos, 2007.
- BARBOSA, L. P.; SALES, M. S. A Infância Sem Terra Em Movimento na Luta por Escola, Terra E Dignidade, **Temáticas**, v.26, n. 51, p. 119-148, 2018.
- BARCELLOS, L. H. S; TORRES, J. C. A Ciranda Infantil e as crianças Sem Terrinha: educação e vida em movimento, **Dialogia**, n. 31, p. 57-65, 2019.
- BARROS, M. R. S. Criança é Sujeito: a representação da infância Sem Terra pelo MST. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. 2011.
- BARROS, M. R. S. **Os Sem terrinha: uma história da luta social no Brasil**. (1981-2012). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Ceará (Faculdade de História – UFC), Fortaleza, 2013.
- BARROS, L. D. V; TEIXEIRA, C. F. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e saúde do campo: revisão integrativa do estado da arte, **Saúde Debate**, Rio De Janeiro, v. 42, n. 2, p. 394-406, 2018.
- BRASIL. **Constituição Federal de Federativo do Brasil de 1988**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.
- BORDA, F. O. **Reflexiones sobre la aplicación del método de estudio-acción en Colombia**. In: SIMPOSIO SOBRE POLÍTICA DE ENSEÑANZA E INVESTIGACIÓN EN CIENCIAS SOCIALES. doc. n. 8. p. 19-24. Pontifica Universidad Católica del Perú. Lima, 1972.
- CARVALHO, T. S. V; COSTA JUNIOR, I. C. A. Psicologia Social: conceitos, História e Atualidade. **Psicologia.pt**, p. 1-8, 2017.
- CARNEIRO, M. J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In. CARNEIRO, M. J. (Coord.). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2012.
- CAMPOS, R. H. F. **Introdução: a psicologia social comunitária**. In: Campos, H. F. (Orgs). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: editora vozes. 2007
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos Sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.
- CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica** (5ª ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2002.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, Rio de Janeiro, 2016.

CRUZ, L. R; FREITAS, M. F. Q; AMORETTI, J. (2010). **Breve História e Alguns Desafios da Psicologia Social Comunitária**. In: SARRIERA, J. C; SAFORCADA, E. T. (Orgs). Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina.

CRUZ, A. K. C; RAFAGNIN, T. R; VECHIA, R. S. D. Atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Contexto de Criminalização dos Movimentos Sociais. **FADISMA**, v. 13, 2018.

DEMO, P. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. Ed. Liber, 2004.

DIMENSTEIN, M. LEITE, J. F; XIMENES, V. M. **Criminalização dos Movimentos Sociais no Campo – Alguns Reflexões a partir do MST**. In. HUR, D. U; JUNIOR, L. J. (Org). Psicologia, políticas e movimentos sociais. Ed. Vozes, 2016.

FELCHER, C. D. O; FERREIRA, A. L. A; FOLMER, V. Da pesquisa-ação à pesquisa participante: discussões a partir de uma investigação desenvolvida no Facebook. **Revista Experiências em Ensino de Ciências**, v. 12, n. 7, p. 2017.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, 2, 1999.

FERNANDES, B. M. **CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO CAMPESINATO BRASILEIRO FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST (1979 –1999)**. Desenhando o Brasil, 1999.

FERNANDES, B. M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. OSAL, Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, CLACSO, ano IX, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Pulo: Contexto, 2006.

FRANCO, V. C. **A Natureza das Técnicas de Intervenção em Comunidades**. Psicologia e Sociedade. São Paulo: ABRAPSO, 1988.

FREIRE, Paulo (1968). **Pedagogia do Oprimido**, 10ª edição, 1981, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, P. **Conscientização**, São Paulo. Editora Moraes. 1980.

FREIRE, P. (1994b). **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**, 3ª ed., 1994, R.J., Paz e Terra.

FREITAS, M. T. A. A Abordagem Sócio-Histórica como orientadora da pesquisa Qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n, 116, p. 21-39, 2002.

FRIZZO, K. R. **A Investigação-Ação-Participante**. In: SARRIERA, J. C., & SAFORCADA, E.T. (Orgs). Introdução a Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GABORIT, M. **A realidade interpretante e o projeto de uma psicologia da libertação. Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação.** Campinas, São Paulo, Editora Alínea, 2011.

GERMANI, G. **Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. GEO grafias dos movimentos sociais.** UEFS Editora. 2010.

GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. M. **O rural e a saúde: compartilhando teoria e método.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

GROSSI, F. R. S; ALMEIDA, W. R; VICENTE, F. R. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: luta pela terra luta pela agroecologia. **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos.** Londrina, 2019.

GONÇALES, M. A; PORTUGAL, F. T. Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. **Psicol. cienc. Prof.**, v. 32, p. 138-153, 2012.

GÓIS, C. W. L. **Noções de psicologia comunitária.** Fortaleza: Edições UFC, 1993.

GÓIS, W. C. L. Psicologia comunitária. **Universitas Ciências da Saúde**, v. 1, n.2, p. 277-297, SD.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência.** Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GÓIS, C.W.L. **Saúde comunitária: pensar e fazer.** São Paulo: Hucitec, 2008.

GOFFMAN, R. **Referência Técnicas para a atuação das/os Psicólogas (os) em questões relativas a terra.** Brasília: CFP, 2013.

IANNI, O. Revoluções camponesas na América Latina. In. SANTOS, J. V. T. (Org). **Revoluções camponesas na América Latina**, 1Ed. Unicamp, 1985

RELATÓRIO FINAL DO I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. Brasília: INCRA/CRUB/UnB, 1997.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social.** ed. Brasiliense, 1981.

LANE, S. T. M. **A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para Psicologia.** In: LANE, S. T. M; COLDO, W. (Orgs). **Psicologia Social: O Homem em Movimento.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

LANE, S. T. M. **História e Fundamento da Psicologia Comunitária no Brasil.** In: CAMPOS, H. F. (Orgs). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia.** Petrópolis: editora vozes, 2007.

LANE, S. T. M. **Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil.** In. CAMPOS, H. F. C. (Org). **Psicologia social comunitária: da Solidariedade à autonomia.** Ed. Vozes, 2007.

LAZZARETTI, M. Â. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais.** Cascavel: Edunioeste, 2003

LEITE, J. F; MAGNA, D. MOVIMENTOS SOCIAIS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: O MST EM PERSPECTIVA. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 269-278, 2010.

LIMA, R. S. A psicologia comunitária no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. 1, p. 154-165, 2012.

LINO, N. M. M. A criminalização do MST como mecanismo de controle social penal. Goiânia – GO, 2014. 276 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), p. 206.

LAUBSTEIN, F. C. A ruralidade ontem e hoje: uma análise do rural na contemporaneidade. **Revista Aurora**, Marília, SP, v. 4, n. 2, p. 92-102, ago. 2011.

MARÍN, G. Hacia una Psicología Social Comunitária. **Revista Latino americana de Psicología**, v. 12, p. 172-180, 1980.

MARINHO, G. **Queremos que todas as crianças possam ser felizes e livres, afirma Manifesto das Crianças Sem Terrinha**. MST, 2018.

MARTIN M. **Issues of power in the participatory research process**. In: De Koning K, Martin M, editores. *Participatory research in health: issues and experiences*. London(UK): Zed Books; 1996. p. 82-93.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 2. n. 1, p. 7-27, 1996.

MARTÍN-BARÓ, I. **O desafio popular à Psicologia Social na América Latina**. In: Lacerda Jr., F. (Org.). *Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos psicossociais* (pp. 66-88). Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

MARTÍN-BARÓ, I. (1998). **Psicología de la liberación**, (1ª ed.). Madrid: Editorial Trotta.

MARTÍN-BARÓ, I. **Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana**. In: GUZZO, R.S.L.; LACERDA J. R. F. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea. 2011.

MARTINS, J. S. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATA, L. K. L. **Os Sem Terrinha no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2015.

MARTINS, J. de S. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: Stédile, J. P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes. 1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Crianças em Movimento: As Mobilizações Infantis no MST**. In: Coleção fazendo escola n° 2. 1999.

MOVIMENTO, DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Organização. Entenda como estamos organizados**, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST: Lutas e Conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

- MORAES, E. M. **A infância pelo olhar das crianças do MST: ser criança culturas infantis e educação.** Dissertação (mestrado em educação) Universidade Federal do Pará (Faculdade de educação, UFPA), Belém, 2010.
- MORISSAWA, M. **A História da Luta Pela Terra e o MST.** Ed. Expressão Popular, 2001.
- NOVAIS, M. B. C; GIL, A. C. A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, v.10, n. 1, p. 134-160, 2009.
- OLIVEIRA, L. B; GUZZO, R. S. L. **A vida e a obra de Ignácio Martín-Baró: o paradigma da libertação.** In: Anais do XVIII Encontro de Iniciação Científica, da Pontifícia Universidade Católica, Campinas, SP. 2013.
- PRADO JR., C. **A questão agrária e a revolução brasileira.** In: Stedile, J.P. (Org.). (2011). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 1960.
- RAMOS, M. M; AQUINO, L. L. As crianças sem terrinha e as mobilizações infantis no Brasil. **Praxis & Saber**, v. 10, n. 23, p. 157-176, 2019.
- OLIVEIRA, M. S. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração.** Catalão: UFG, 2011.
- PRADO, M. A. M; JUNIOR, N. R. A Mística e a Construção Da Identidade Política entre os Participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil: Um Enfoque Psicossociológico. **Revista eletrônica de psicologia política**, v. 1, n. 4, 2003.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas. 1989..
- ROSSETTO, Edna Rodrigues Araujo. **A organização do trabalho pedagógico nas Cirandas Infantis do MST: lutar e brincar faz parte da escola de vida dos Sem Terrinha.** 2016. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.
- RODRIGUES, F. C. (2017). Educação e luta pela terra no Brasil: a formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista: Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 27-44. 2017.
- SARRIERA, J. C; SAFORCADA, E. T. (2010). **Introdução à Psicologia Comunitária.** Porto Alegre: Sulina.
- SOUZA, A. S. A. **A Saúde na perspectiva sócio-política: pesquisa ação participante na comunidade da Terra Irmã Alberta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2012.**
- SECRETARIA NACIONAL DO MST. **MST: Lutas e Conquistas.** São Paulo, 2010.
- SELLTIZ, C; WRIGHTSMAN, L. S; COOK, S. W. (1965). **Métodos de pesquisa das relações sociais.** São Paulo: Herder.
- STENGERS, I. **Quem Tem Medo da Ciência?** São Paulo, Siciliano, 1990.
- SILVA, A. P. S; FELIPE, E. M; RAMOS, M. **Infância do Campo.** IN: CALDART, R; PEREIRA, I; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G(orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SILVA, S. M. A. **A luta pela terra: experiência e memória.** Ed. UNESP, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente – História do MST.** Instituto de Educação Josué de Castro. Veranópolis: UFFS. 2015.

XIMENES, V et al. Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. *Psico*, Porto Alegre, **PUCRS**, v. 39, n. 4, pg. 456-464, 2008

XIMENES, V. M.; COLARES, L. G; BARROS, J. P. P. **Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades.** *Psicologia e Ciência e Profissão*, n. 29, v. 4, pg. 686-699, 2009.

XIMENES, V. M; MOURA JR., J. F. (2013). **Psicologia Comunitária e Comunidades Rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária.** In: LEITE, J. F. & DIMENSTEIN, M. (Org.). *Psicologia e Contextos Rurais*. 1ed. (pp. 453-476). Natal: EDUFRN.

XIMENES, V. M; JUNIOR, G. R. **Psicologia Comunitária e Psicologia Histórico-Cultural: Análise e Vivência da Atividade Comunitária pelo Método Dialógico-Vivencial.** *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, n. 5, v. 2, p. 151-162, 2010.

XIMENES, V. M; GÓIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária: uma práxis libertadora latino-americana.** In F. LACERDA JR. & R. S. L. Guzzo (orgs.). *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social.* (pp. 45-64). Campinas: Alínea, 2010.

VIEIRA, E. M; XIMENES, V. M. Conscientização: em que interessa este conceito à Psicologia? **Psicologia Argumento.** v. 26, n. 52, , p. 23-33, 2008.

SOUSA, E A., & LANE, S. (2009). Uma contribuição aos estudos sobre a Psicologia Social no Brasil. **Temas em Psicologia**, n. 17, v ,1.

STÉDILE, J. P. & FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

WANDERLEY, M. B. 2011. **Refletindo sobre a noção de exclusão.** In: SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.* Editora Vozes: Petrópolis, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Mental health and development: targeting people with mental health conditions as a vulnerable group.** Geneva, Switzerland: WHO Press, 2010.

YAMAMOTO O; OLIVEIRA, I. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, p. 9-24, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário Sócio demográfico e econômico:

1. Idade do filho/a:
2. Gênero: () Masculino () Feminino
3. Há quanto tempo mora no acampamento?
4. Número de pessoas que moram com você?
5. Grau de escolaridade: () não alfabetizado () nível fundamental incompleto () nível fundamental completo () nível médio incompleto () nível médio completo () nível superior incompleto () nível superior completo
6. Renda familiar: () menos de um salário mínimo () 1 a 2 salários mínimos () 3 a 4 salários mínimos () 5 salários mínimos ou mais
7. Recebe algum tipo de benefício sócio assistencial do governo? () Não () Sim Qual? _____
8. Tipo de trabalho?
9. Qual o tipo de transporte você utiliza?

Questões referentes ao tema central da pesquisa:

1. Quais as necessidades que você percebe em relação a valorização da terra e o desenvolvimento das crianças?
2. As crianças do acampamento têm percepção/conhecimento sobre as questões relativas à terra?
3. As crianças do acampamento tem percepção/conhecimento sobre as questões relativas a luta pela terra?
4. Quais as principais dificuldades enfrentadas no acampamento?
5. Quais são as práticas de ações que existem na comunidade para a valorização do campo em relação a formação política das crianças?
6. O que tem feito no acampamento de forma organizativa para valorizar a cultura do MST e a educação do campo para as crianças acampadas?
7. Você se sente valorizado pela sociedade por fazer parte do acampamento?
8. Quais práticas integrativas que o acampamento realiza para promover a valorização do campo e a cultura do MST, através das crianças?

9. Como você acha que a valorização da cultura camponesa poderia acontecer?

APÊNDICE B

Questionário para as crianças:

Qual o significado do campo para você?

Quais as atividades você já participou sobre as questões relativas a terra? Em que local?

Você acha importante estudar sobre o campo/rural?

Você gostaria de estudar em escola no acampamento? Por que?

APÊNDICE C

Perguntas levantadas pelas crianças Sem terrinhas:

Por que a gente ainda mora no barraco de lona?

Por que não tem energia no acampamento?

Por que não tem brinquedos no acampamento?

Por que temos que estudar fora do acampamento?

SOBRE OS AUTORES

FABIANA REGINA DA SILVA GROSSI - Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006). É especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Universidade para o desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (2009). É mestre pela Universidade Católica Dom Bosco, área de concentração Psicologia da Saúde e linha de pesquisa Aspectos Psicossocioculturais e psicologia da saúde. Possui especialização pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e FioCruz em Saúde da Família. Doutora em Psicologia, linha de pesquisa psicopatologia clínica e psicologia da saúde pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (GO). Atualmente é professora nos cursos de Psicologia do Centro Universitário São Francisco de Barreiras (UNIFASB) e do Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira (UNIFAAHF).

WELLINGTON DA ROCHA ALMEIDA - Estudante de psicologia da Instituição de Ensino Centro Universitário São Francisco de Barreiras - UNIFASB. Seguimento teórico: Psicologia Social, base epistemológica: Psicologia Social Comunitária. Realiza trabalhos de pesquisa com a população camponesa, militando pela garantia de direito das mesmas. Base clínica Terapia Familiar Sistêmica - TFS. Faz parte do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sendo coordenador do Setor de Educação do Oeste da Bahia.

SEM TERRINHAS: PESQUISA AÇÃO PARTICIPANTE COM CRIANÇAS DE UM ACAMPAMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO OESTE DA BAHIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SEM TERRINHAS: PESQUISA AÇÃO PARTICIPANTE COM CRIANÇAS DE UM ACAMPAMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO OESTE DA BAHIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 